

2 Projeto Pedagógico Institucional

2.1 Inserção regional

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), criado pela Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, faz parte da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, possui natureza jurídica de autarquia e detém autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. É uma instituição de educação superior, básica e profissional, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, conjugando conhecimentos científicos, técnicos e tecnológicos a ideais pedagógicos pautados no aprendizado de qualidade construído com base nas relações entre o saber adquirido, as experiências vividas, as necessidades sociais e individuais e a busca efetiva da construção do conhecimento.

Instituição de organização pluricurricular, o IFRO oferece um ensino público, gratuito e de qualidade, em diferentes níveis e modalidades de ensino, em sintonia com a função social que desempenha, visando a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos, culturais e sociais locais. Os cursos são a partir dos eixos ciência, trabalho, cultura e tecnologia, que atuam de forma interligada e intercomplementar, como princípios norteadores da prática educativa.

Para efeito de regulação, avaliação e supervisão da Instituição e dos cursos ofertados, o IFRO submete-se à legislação federal e aos seguintes instrumentos normativos institucionais: estatuto; regimento geral; regimento interno dos câmpus; resoluções do Conselho Superior (CONSUP); deliberações do Colégio de Dirigentes e do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX); e atos da Reitoria.

Com estrutura multicâmpus, o IFRO tem sua Reitoria sediada na cidade de Porto Velho-RO e 7 (sete) Câmpus instalados e em funcionamento ao longo do Estado, tendo dois na capital e os demais instalados ao longo do estado e ainda tem o oitavo câmpus em fase de implantação, este localizado em região de fronteira e outros dois Câmpus Avançados em fase de instalação e análise do perfil.

Os câmpus têm perfil para atender as potencialidades socioeconômicas das localidades e entorno de onde estão inseridos. Para atender a diversidade do Estado, os sete câmpus em funcionamento do IFRO estão assim caracterizados: três unidades com perfil agrícola - Ariquemes, Cacoal e Colorado do Oeste; três unidades com perfil industrial - Porto Velho Calama (Câmpus Sede), Ji-Paraná e Vilhena; uma com perfil de serviços e negócios - Porto Velho Zona Norte. As unidades em fase de implantação passam por diagnóstico das potencialidades econômicas e perspectivas do mercado de trabalho para definição do perfil.

2.2 Concepções Norteadoras das Práticas Acadêmicas

2.2.1 Valores

A proposta pedagógica do IFRO leva em consideração as demandas sociais, econômicas e culturais, permeando-se das questões de diversidade cultural, de preservação ambiental e dos novos modelos de desenvolvimento sustentável para o planeta e, em particular, para a região amazônica. Prima pela formação de cidadãos capazes de construir suas histórias de vida, preparados para o pleno exercício da cidadania e para o trabalho, tendo em vista os seguintes valores:

Sensibilidade: para perceber a si e ao outro enquanto pessoas humanas que possuem sentimentos, respeito

e ideias diferentes. O espaço escolar não pode ser apenas de construção de conhecimentos técnicos pautados no mecanismo. As relações interpessoais precisam nortear os mecanismos de toda e qualquer construção. Os estudantes, principais sujeitos-agentes no ambiente escolar, não serão capazes de estruturar uma carreira profissional digna e competente, sem o constante exercício de valores éticos alicerçados em sentimentos humanos, no respeito e na busca constante da realização de sonhos e na pluralidade de ideias e respeito às diferenças;

Autenticidade: para inter-relacionar teoria e prática na construção do momento histórico dos estudantes e dos professores, sempre visando ao novo. É importante que toda e qualquer ação dos discentes seja respaldada no aprender a aprender a se posicionar e a defender seus posicionamentos, criando conceitos de verdade que possam contribuir para a construção de suas histórias de vida pessoal e profissional, sempre visando à transformação social; considerando-se que a educação é um processo social, que representa vida.

Autonomia: construída a partir da necessidade de se formar sujeitos autônomos, que pensem por si mesmo, refletindo acerca das decisões que irão tomar e responsabilizar-se por elas. A autonomia liberta o ser humano, considera o respeito e valorização dos sujeitos numa perspectiva dialógica.

Criatividade: como fator resultante do constante exercício do conhecimento, enquanto conjunto de verdades relativas socialmente construídas. Enquanto seres humanos, os estudantes devem manter uma relação de interação com o mundo. Enquanto sujeitos, devem manter uma relação de interação como com o objeto. O que é imprescindível para que se desenvolvam tornando-se sujeitos de sua práxis, de maneira que não exista nesse processo, nada além de homens concretos situados no tempo e no espaço, inseridos no contexto sócio-econômico-cultural-político, enfim, num contexto histórico. O estímulo à criatividade possibilita aos estudantes ampliar o pensar, desenvolver ideias e pontos de vista; fazer escolhas; valorizar o que for criativo; não rechaçar o erro, mas vê-lo como etapa do processo de aprendizagem.

Solidariedade: compreendida como um conjunto de atitudes, um princípio ético e organizativo, que caminha na perspectiva de uma prática pedagógica em que o “outro” seja parte do eu e também relacionada à capacidade de manifestação de sentimentos como simpatia, ternura, conforto, respeito ao próximo, é princípio básico de todas as relações interpessoais entre todos os membros que fazem parte do processo educativo do IFRO, por ser postulado da sociedade democrática.

2.3 Princípios filosóficos e técnico-metodológicos gerais que norteiam as práticas acadêmicas da instituição

2.3.1 Princípios Filosóficos

Os princípios filosóficos estão delineados no sentido de dar ao indivíduo uma instrumentalização técnica (o aprender a fazer) capaz de vencer os desafios do mundo do trabalho, caracterizado pelo elevado avanço tecnológico, pela exigência de dinamismo nas relações interpessoais e disposição para efetuar mudanças consistentes, visando o interesse da coletividade. Também será reforçado pelo estímulo à interdependência desse indivíduo com seus pares (o aprender a viver juntos), suscitando sua valorização pessoal, no convívio com as diversidades culturais a partir dos interesses comuns e do respeito com as diferenças. Tudo isso será conduzido para alcançar a meta principal, que é o desenvolvimento integral do indivíduo (o aprender a ser) enquanto pessoa, a partir da prática de sua cidadania, com vistas ao contínuo conhecimento de si mesmo, para que ele possa aprender a aprender.

2.3.2 Princípios Epistemológicos

O processo de apropriação e construção do conhecimento, a organização coletiva do trabalho em sala de aula e o relacionamento interpessoal, são elementos fundamentais que se constituem na unidade de um trabalho pedagógico. De acordo com a concepção que defendemos enquanto essência da nossa proposta, os câmpus que integram o IFRO são espaços significativos de aprendizagem a partir de uma pedagogia dinâmica e inovadora, tendo como pressuposto fundamental, a ideia de que “aprender é construir significados e ensinar é oportunizar essa construção”.

O IFRO tem como função, dentre outras, possibilitar que o discente desenvolva habilidades cognitivas e adquira conhecimentos específicos, optando por uma concepção crítico-progressista, baseada nos fundamentos da psicologia humanista-sócio-interacionista.

Neste processo, o conhecimento é resultado da relação sujeito-objeto-realidade, com a mediação do Professor. O conhecimento se dá pela ação do educando sobre o objeto de estudo. O aluno traz uma bagagem cultural e o novo conhecimento não se dá, senão, a partir do anterior. Dessa forma, o aluno vai construir o seu conhecimento a partir do seu contato, de sua interação com a realidade.

Assim, o conhecimento é construído a partir das experiências sociais culturalmente organizadas no setor produtivo, fundamentando-se teoricamente ao relacionarem conceitos, sistemas explicativos, habilidades e técnicas proporcionadas ao ambiente educativo, articulando teoria-prática, visando o crescimento pessoal resultante da aprendizagem, entendida como um processo em constante construção.

2.3.3 Princípios Teórico-Metodológicos

A aprendizagem é aqui entendida como a incorporação de novas formas de relacionar-se com a realidade. Portanto, é um processo de educação que tem como intenção oferecer a possibilidade de desenvolver um conjunto determinado de novos conhecimentos e aptidões orientadas a transformar a realidade que os rodeia.

Desta forma, o sujeito deve estar bem definido, conceituado. É necessária uma clara caracterização da situação do objeto do ensino no contexto determinado no qual se pretende atuar. Isso leva à necessidade do entendimento dos conteúdos e métodos dos programas de ensino, os quais devem ser coerentemente definidos em função da aprendizagem que se pretende promover e há que se fundamentar tanto nos meios de aprendizagem existentes como no papel que deverá o sujeito social cumprir dentro de determinado projeto da sociedade.

Exatamente por esse grau de abrangência, o IFRO estabelece como princípios teórico-metodológicos:

- a flexibilidade para instituir itinerários de formação que permitam um diálogo rico e diverso em seu interior;
- a integração dos diferentes níveis da educação básica e do ensino superior, da educação profissional e tecnológica;
- a oferta de educação continuada como aspecto decorrente da dinâmica da realidade produtiva;
- a promoção de agregar a formação acadêmica à preparação para o trabalho e a discussão dos princípios e tecnologias a ele concernentes;
- utilização de metodologias didáticas ativas para desenvolver a postura crítica, ética, solidária e criativa dos alunos;
- implementação de tecnologias articuladas com os diversos saberes de natureza teórico- prática;

- oportunidade de reflexão sobre o conjunto da diversidade da sociedade brasileira atual;
- as propostas pedagógicas dos cursos de graduação (licenciaturas, engenharias e cursos superiores de tecnologia) e pós-graduação construídas na perspectiva da interação disciplinar e interdisciplinar;
- um currículo que articule projetos transdisciplinares e ações disciplinares;
- Os fundamentos didático-pedagógicos devem direcionar o trabalho pedagógico em toda a sua dimensão.

Para isso, considera-se:

O Professor, enquanto educador com uma visão holística do homem, vendo-o como um ser bio-psico-sócio-transcendental que tem sempre ideia de que o conhecimento não é algo pronto e acabado, é o responsável pelo intercâmbio entre o conhecimento e o aluno. A partir do planejamento do seu fazer pedagógico com objetivos precisos e claros do que e como pretende ensinar, assim como, aonde quer chegar com o que quer ensinar, considerando sempre os conhecimentos prévios dos alunos, o educador contribuirá positivamente no processo ensino-aprendizagem. Assim, a relação que o professor estabelece com o conhecimento e de como se dá a tradução desse conhecimento no trabalho educativo, não se reduz a dados objetivos pré-elaborados, pelo contrário, faz com que ação docente seja entendida como mediadora entre os significados do saber e a história da ciência e da tecnologia.

O Aluno enquanto sujeito-agente que constrói os conhecimentos por meio de relações interpessoais e do exercício de operações mentais exigidas nessas relações. O que é contemplado no aprender significativamente, explicitados nos instrumentos de avaliação.

A Avaliação, como um processo contínuo e concomitante às atividades do cotidiano do aluno, é um recurso metodológico de reorientação do processo ensino-aprendizagem, conquanto sirva para diagnosticar as facilidades e as dificuldades dos alunos, como também servir de instrumento para o educador aperfeiçoar seu trabalho pedagógico, objetivando garantir a qualidade de ensino. Deve permitir ao professor oportunizar ao aluno a reelaboração e ressignificação de um conhecimento com vistas à construção de outros, ajudando-o a identificar suas falhas, seus pontos fortes e fracos, transformando-se num diagnóstico da aprendizagem por ele realizada, cuja função precípua não é a atribuição de nota, mas apontar para progressos e auxiliar na superação dessas dificuldades. Nessa perspectiva, a avaliação significa encaminhar-se para um processo dialógico, cooperativo, interativo, onde professor e aluno aprendam juntos, o que, possibilitará a formação de indivíduos críticos, criativos e participativos.

2.3.4 Concepção de Currículo e seus Elementos Estruturantes

Para uma proposta de ação educativa ampla e integrada, que visa à formação para o exercício pleno da cidadania e para o mundo do trabalho, a concepção de currículo transcende a tradicionalidade da mera distribuição de conteúdos em uma matriz curricular a serem ministrados com determinada carga horária.

O currículo deve ser entendido como “[...] uma prática pedagógica que resulta da interação e confluência de várias estruturas (políticas, administrativas, econômicas, culturais, sociais, escolares...) na base das quais existem interesses concretos e responsabilidades compartilhadas”¹.

Para a confluência dessas várias estruturas em busca da construção de competências técnicas e políticas requeridas ao profissional que ensinamos formar, a organização de um currículo envolve saber, numa perspectiva política, qual conhecimento deve ser ensinado, quais as finalidades desse conhecimento, a quem ele se destina e a quem ele interessa. Essas informações devem estar interligadas às concepções definidas como elementos estruturantes e do conjunto das práticas institucionais que envolvem a ação educativa:

Concepção de ser humano, de sociedade, de cultura, de ciência, de tecnologia, de educação e de trabalho. Concepção de ser humano: o ser humano é concebido como um ser multidimensional, com possibilidades e potencialidades sempre mediadas pela afetividade e racionalidade, diante de sua história, das experiências de vida e suas relações com o meio e com o outro. Portanto, transcende a concepção reducionista de um ser igual, para ser pensado de forma aberta, a partir da perspectiva de um sujeito sempre em construção, em busca da autonomia, autorealização e emancipação.

Concepção de sociedade: A sociedade, que é historicamente caracterizada pelas desigualdades sociais e econômicas, com caminhos diferenciados diante da perspectiva social e produtiva que se tem de seus grupos, movimenta-se e molda-se diante dos diferentes contextos e da atuação crítica de seus sujeitos, tendo na educação e nas práticas pedagógicas, o caminho para sua transformação. Neste contexto, as práticas pedagógicas no IFRO devem assegurar processos de ensino e de aprendizagem democráticos, críticos e reflexivos, com enfoque nos processos de produção, gestão e disseminação do conhecimento, na formação integral de seus sujeitos e na ampliação de oportunidades, visando à transformação na realidade social.

Concepção de Cultura: A cultura, concebida como um constitutivo social em processo de transformação permanente, atrelado aos movimentos e às mudanças da história e da sociedade, tece uma rede de significados que dão sentido ao mundo social e geográfico em que cada sujeito está inserido. A inter-relação entre educação e cultura e entendimento da diversidade devem permear os processos educativos como forma de garantir uma formação ampla, diversificada e integral do sujeito.

Concepção de ciência: A ciência, que trata a produção/aquisição de conhecimento a partir de estudos ou práticas baseadas em procedimentos científicos, transcende a concepção tradicionalista do saber absoluto, pleno e permanente, para ser considerada e entendida a partir crença na mutabilidade, na amplitude e no dinamismo do conhecimento, portanto, se modificando em conformidade com o modo como o homem se relaciona com o próprio saber e com os interesses, valores, visões do mundo e necessidades do mundo e da sociedade em que os sujeitos estão inseridos.

Concepção de tecnologia: Concebida como um conjunto de saberes oriundos de técnicas articuladas, a tecnologia é vista no currículo como elemento importante na constituição do ser humano, pois caminha junto com o desenvolvimento da humanidade, nas mais diferentes áreas. Não se restringe à arte de produzir coisas, mas é compreendida pela articulação das ideias de humanidade, de saber, de ciência e de mercado de trabalho para atendimento às demandas e anseios da própria sociedade.

Concepção de educação: Em uma sociedade marcada pelas desigualdades e também pela globalização, busca-se, por meio da educação, a formação integral do sujeito, preparando-o para o pleno exercício da cidadania e para o mundo do trabalho, caracterizado pelo dinamismo, competitividade e avanços científicos e tecnológicos. Portanto, o processo educativo, envolvendo pensamento, organização e prática pedagógicas, deve ser marcado pela conjunção dos conhecimentos técnicos, essenciais ao desempenho de uma profissão, e políticos, essenciais ao cidadão crítico, emancipado e autônomo. Para haver equilíbrio entre formação humana e formação profissional, faz-se necessário que todos os processos, especialmente os de ensinar e de aprender, estejam orientados pela dialogicidade, pela integração dos saberes, por percursos democráticos, pela participação, pelo exercício da criticidade, pela curiosidade epistemológica e pela autonomia intelectual do aluno⁷.

Concepção de trabalho: O trabalho, meio pelo qual o homem produz os elementos necessários e imperativos à vida biológica também às necessidades da vida cultural, social, estética, simbólica, lúdica e afetiva⁸, deve ser visto como princípio educativo, na perspectiva de construção de unidade essencial à formação humana integral, por meio da articulação entre currículo e práticas educativas, constituindo-se nos fundamentos das ações de educação, da cultura, da ciência e da tecnologia, formação humana integral.

Ademais, é importante considerar a concepção de currículo integrado dos cursos técnicos de nível médio, que englobam conhecimentos gerais, da educação básica, e conhecimentos específicos da educação profissional. A integração exige mais do que iniciativas de cooperação entre os componentes curriculares, mas requer a real articulação entre os saberes gerais e específicos e destes com o mundo do trabalho, visando à formação integral dos educandos, tornando-os aptos a contribuir com o desenvolvimento socioeconômico em diferentes níveis e com a construção de uma sociedade democrática e solidária.

Essas informações são essenciais para a constituição de um currículo entendido como instrumento de mediação para o domínio do conhecimento científico; para o desenvolvimento do pensamento lógico, construtivo e criativo; para a formação de atitudes e convicções; e, conseqüentemente, para a efetiva participação no desenvolvimento social, político, cultural e econômico do país.

2.3.5 Concepção de Avaliação

Transcendendo a concepção tradicional de avaliação como processo de mensuração, comparação e classificação, a avaliação deve ser entendida como um processo de análise, diagnóstico e correções de percurso diante dos resultados encontrados. “Avaliação é uma ferramenta necessária ao ser humano no processo de construção dos resultados que planejou produzir, assim como o é no redimensionamento da direção da ação”, “é a reflexão transformada em ação”.

A avaliação, em sua magnitude, é concebida como um processo natural e essencial de construção e reconstrução por proporcionar uma constante análise do percurso e possibilidades de recondução e transformação. Nesta perspectiva e visando atingir os objetivos educacionais a que se propõe, o IFRO adota uma política de avaliação em prol da qualidade de educação em todos os níveis.

Os componentes e resultados das avaliações realizadas pelos sistemas nacionais de avaliação que consideram a Instituição em sua totalidade, os cursos e desempenho dos estudantes (SINAES, ENADE, ENEM), servem de base para análise da eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e também para a prospecção de novos cursos.

A partir da efetivação de um sistema nacional para avaliação dos cursos técnicos, este se integrará aos demais, com o mesmo propósito de fortalecimento dos processos educativos da Instituição.

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) tem papel importantíssimo nesse processo, pois tem por finalidade conduzir e sistematizar os processos de Avaliação Institucional segundo critérios estabelecidos pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, objetivando

a melhoria da qualidade da educação, a orientação da expansão da oferta de ensino, o aumento permanente de sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social, e especificamente a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais da Instituição, por meio da valorização da missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

No processo de ensino aprendizagem, a avaliação “é um processo mediador da construção do currículo e se encontra intimamente relacionada à gestão da aprendizagem dos alunos”⁴. É um processo que considera a análise dos objetivos propostos, a consciências das noções trabalhadas e priorizadas, diagnóstico das dificuldades individuais e necessidades de reconduções, de balanço e acompanhamento dos resultados e também de Autoavaliação.

2.4 Organização didático-pedagógica da instituição

2.4.1 Organização Curricular

Os cursos nos diferentes níveis e modalidades ofertados do IFRO estão organizados em conformidade com os princípios, fins e critérios estabelecidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/1996, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, nas Diretrizes Nacionais para Elaboração dos Cursos de Licenciatura, Bacharelados e Cursos Superiores de Tecnologia, orientações contidas nos no Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos, no Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia, em Resoluções, Decretos, Portarias e demais normativas nacionais e institucional.

Cada nível de oferta é regido pelo Regulamento de Organização Acadêmica ou equivalente e os projetos são elaborados em conformidade com os procedimentos estabelecidos na Resolução nº 42/2010/CONSUP/IFRO.

Os cursos técnicos de nível médio e de graduação são organizados respeitando-se uma sequência lógico-formativa de modo a fomentar o desenvolvimento de capacidades, em ambientes de ensino que estimulem a busca de soluções e favoreçam o aumento da autonomia e da capacidade de atingir os objetivos da aprendizagem, colaborando, desta forma, na construção do perfil de formação almejado.

Os Cursos Técnicos de Nível Médio, ofertamos na forma integrada, são organizados em regime anual, com itinerário formativo que envolve disciplinas distribuídas em quatro núcleos: a base nacional comum do Ensino Médio, a parte diversificada e os núcleos profissional e complementar.

O Núcleo da Base Nacional Comum, composto por disciplinas do currículo comum obrigatório, necessárias à formação do aluno do Ensino Médio, com vistas ao preparo para a continuidade na vida acadêmica, sem perder de vista a formação para a cidadania. Esse núcleo está constituído de disciplinas que compõem as áreas do conhecimento indicadas pelo Ministério da Educação: Linguagens, Códigos e Suas Tecnologias, Ciências da Natureza, Matemática e Suas Tecnologias, Ciências Humanas e Suas Tecnologias.

O Núcleo diversificado é constituído pelas disciplinas entendidas como estratégicas para a complementaridade da formação cidadã e profissional. Envolve linguagens aplicadas ao mundo globalizado, atitudes diante das vivências cotidianas e no mundo do trabalho, bem como outros aspectos da formação geral. Trata-se de um conjunto de abordagens cujo tratamento tende a tornar o indivíduo mais crítico e seguro no desenvolvimento de sua autonomia e de sua profissão.

O Núcleo Profissionalizante compõe-se por disciplinas de acordo com a área profissional, conforme legislação vigente, as quais são agrupadas de forma que as bases tecnológicas, científicas de gestão e de conteúdos constituam ordenação e sequência lógicas para que se propiciem as aprendizagens referentes ao perfil profissional de conclusão do curso. O itinerário formativo consiste em um conjunto de etapas a serem cumpridas que permitam formações específicas em determinado eixo tecnológico.

O Núcleo Complementar contempla a Prática Profissional da formação pretendida e mostra a amplitude do trabalho na sociedade. Envolve ações de caráter prático realizadas ao longo do curso, que consolidam as competências necessárias à formação para o mundo do trabalho.

Os Cursos Técnicos de Nível Médio são ofertados nas formas concomitante e subsequente, são estruturados em regime semestral e disciplinas organizadas em dois núcleos: um profissional e um complementar com os mesmos princípios e finalidades desses núcleos na forma integrada ao ensino médio.

Os Cursos de Graduação, nas formas de Cursos Superiores de Tecnologia, Licenciaturas e Bacharelados, estão organizados de modo a garantir conhecimentos gerais e específicos da área de formação, estabelecendo a relação destes com o mundo do trabalho, com vistas a proporcionar uma formação sólida, no perfil de profissional e cidadão ensejados. Os cursos são organizados em regime semestral, com itinerário formativo

que envolve disciplinas distribuídas em quatro núcleos: de conteúdos básicos, de conteúdos específicos, de conteúdos profissionais/pedagógicos e ainda o núcleo complementar que abrange as atividades científico-culturais, práticas profissionais e trabalho de conclusão de curso.

2.4.2 A Inter-relação entre Ensino, Pesquisa e Extensão

A concepção de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) orienta os processos de formação com base nas premissas da integração e da articulação entre ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos. Visa ao desenvolvimento da capacidade de investigação científica como dimensão essencial à manutenção da autonomia e dos saberes necessários ao permanente exercício da laboralidade, que se traduzem nas ações de ensino, pesquisa e extensão. Tendo em vista que é essencial à Educação Profissional e Tecnológica contribuir para o progresso socioeconômico, as atuais políticas da educação dialogam efetivamente com as políticas sociais e econômicas, em especial aquelas com enfoques locais e regionais.

Assim, o fazer pedagógico deve integrar ciência e tecnologia, bem como teoria e prática; deve conceber a pesquisa como princípio educativo e científico, e as ações de extensão, como um instrumento de diálogo permanente com a sociedade. Para isso, é essencial o incentivo à iniciação científica, ao desenvolvimento de atividades comunitárias e de prestação de serviços, numa perspectiva de participação ativa dentro de um mundo de complexa e constante integração de setores, pessoas e processos.

São exemplos de atividades que promovem a inter-relação do ensino com a pesquisa, e a extensão: “Dias de Campo”, minicursos e projetos de ensino, de iniciação científica e de extensão e também com a criação de Empresas Júnior e do Núcleo de Incubadora de Empresas.

2.4.3 Documentos Norteadores do Ensino, Pesquisa e Extensão

São documentos norteadores do ensino, pesquisa e extensão no IFRO:

- Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, aprovado pela Resolução nº 21/CONSUP/IFRO, de 21/06/2011;
- O Projeto Pedagógico Institucional – contido no Plano de Desenvolvimento Institucional e que traça as concepções, práticas e políticas do ensino, pesquisa e extensão na Instituição;
- Projetos Pedagógicos de Cursos Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos Técnicos de Nível Médio, aprovado pela Resolução nº 46/CONSUP/IFRO, de 6/12/2010;
- Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos de Graduação, aprovado pela Resolução nº 47/CONSUP/IFRO, de 6/12/2010;
- Regulamento para elaboração ou reorganização dos projetos pedagógicos dos cursos técnicos e de graduação de todos os campus do Instituto Federal de Rondônia, aprovado pela Resolução nº 42, de 28/09/2010;
- Diretrizes para a elaboração do Calendário Acadêmico Unificado e do Calendário dos Campi, aprovadas pela Resolução nº 11, DE 11/03/2010;
- Diretrizes para distribuição das atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão e Assessoramento à Administração dos Docentes no âmbito do Instituto Federal de Rondônia, aprovadas pela Resolução nº 12, de 15/03/2010;

- Regulamento do Comitê de Ética em Pesquisa e Inovação – CEPI, aprovado pela Resolução nº 18/CONSUP/IFRO, de 21/06/2011;
- Regulamento de Estágio dos Cursos de Graduação, aprovado pela Resolução nº 5/CONSUP/IFRO, de 15/04/2011;
- Regulamento do Estágio da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, aprovado pela Resolução nº 4/CONSUP/IFRO, de 15/04/2011;
- Regulamento dos Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), aprovado pela Resolução nº 29/CONSUP/IFRO, de 03/10/2011;
- Regulamento da oferta dos Cursos Técnicos Concomitantes ao Ensino Médio, aprovado pela Resolução nº 48/CONSUP/IFRO, de 30/11/2012;
- Regulamento da Emissão de Certificados e Diplomas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, aprovado pela Resolução nº 36/CONSUP/IFRO, de 5/11/2012;
- Regulamentação das atividades de pesquisa, inovação e pós-graduação, desenvolvidas em programas formais de ensino ou capacitação profissional, aprovada pela Resolução nº 27/CONSUP/IFRO, de 3/12/2013;
- Regulamento dos Conselhos de Classe e Colegiados de Curso, aprovado pela Resolução nº 8/CONSUP/IFRO, de 9/04/2013;
- Regulamentos dos Trabalhos de Conclusão de Curso na Educação Profissional Técnica de Nível Médio e Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, aprovados pela Resolução nº 7/CONSUP/IFRO, de 9/04/2013;
- Regulamento da Colação de Grau do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, aprovado pela Resolução nº 6/CONSUP/IFRO, de 9/04/2013;
- Orientações para acompanhamento pedagógico das práticas Instruções normativas da Pró-Reitoria de Ensino:
 - Instrução Normativa 1, de 3 de fevereiro de 2011 – Instrui a respeito das condições de transferência e ingresso;
 - Instrução Normativa 2, de 3 de fevereiro de 2011 – Trata dos procedimentos para dispensa de aluno nas atividades práticas de Educação Física;
 - Instrução Normativa 3, de 1º de junho de 2011 – Define as condições para antecipação de disciplinas dentro da matriz curricular dos cursos oferecidos no IFRO;
 - Instrução Normativa 4, de 25 de julho de 2011 – Orienta os procedimentos para a implementação e complementação de estudos nos cursos técnicos de nível médio e de graduação do IFRO;
 - Instrução Normativa 5, de 25 de julho de 2011 – Define as condições para ingresso de portadores de diploma nos cursos de graduação;
 - Instrução Normativa 6, de 26 de julho de 2011 – Indica o máximo excedente do número de alunos matriculados nas turmas dos Cursos Técnicos de Nível Médio e dos Cursos de Graduação do IFRO;

- Instrução Normativa 7, de 27 de julho de 2011 – Orienta os procedimentos de acompanhamento pedagógico dos estágios nos cursos técnicos de nível médio e de graduação do IFRO;
- Instrução Normativa 8, de 22 de setembro de 2011 – Estabelece conceitos, princípios e orientações concernentes às Atividades Acadêmicas Complementares no âmbito dos cursos de graduação oferecidos pelo IFRO;
- Instrução Normativa Conjunta PROEN e PROEX 1, de 27 de julho de 2011 – Orienta os procedimentos de acompanhamento pedagógico e coordenação dos estágios nos cursos técnicos de nível médio e de graduação do IFRO;
- Código Disciplinar Discente – Res. 025/CONSUP/IFRO de 14 de agosto de 2014;
- Regulamento da Mobilidade Estudantil (em trâmite para aprovação - CONSUP);
- Regulamento da Monitoria (em trâmite para aprovação - CONSUP);
- Regulamento de Revalidação de Diplomas de Cursos Técnicos e de Graduação (em trâmite para aprovação - CONSUP).

2.4.4 Ações para o Desenvolvimento do Ensino, Pesquisa e Extensão

Com o objetivo de implementar o ensino, a pesquisa e a extensão, o IFRO promove eventos que tratam de temas relacionados a esses pilares institucionais para o aprimoramento ainda maior da atuação do Instituto.

- Encontro das Equipes Dirigentes de Ensino: Evento realizado no segundo semestre letivo com o objetivo de discutir as temáticas relevantes ao processo de ensino e aprendizagem que perpassam pelo acesso, permanência e êxito, as regulamentações, a (re)organização dos cursos técnicos para atender a demanda social, entre outras, além de promover a aproximação da Reitoria e os Câmpus entre si e desenvolver atividades de integração. Participam do evento, além da equipe da Pró-Reitoria de Ensino: os Diretores de Ensino, os chefes de Departamento/Coordenadores de Apoio ao Ensino, os chefes de Departamento/Coordenadores de Assistência ao Educando, os Coordenadores de Registros Acadêmicos. Nas próximas versões também serão envolvidos neste evento as Coordenações de Biblioteca, Pedagogos e Técnicos em Assuntos Educacionais;
- Encontro do Ensino, Pesquisa e Extensão - ENPEX – Evento realizado no primeiro semestre letivo com o propósito de discutir e encaminhar situações estruturantes do ensino, pesquisa e extensão no IFRO, com base nos princípios pedagógicos e organizacionais do IFRO. Participam do evento as equipes das Pró-Reitorias de Ensino, Extensão e Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação e os representantes maiores dos respectivos setores nos câmpus do IFRO;
- Encontro das Equipes Multiprofissionais da Assistência Estudantil – Evento realizado no primeiro semestre letivo com o objetivo de discutir as políticas e programas bem como a implementação da assistência estudantil no âmbito do IFRO como meio de ampliar as possibilidades de permanência e êxito no processo educativo, inserção no mercado de trabalho e exercício pleno da cidadania. Participam do evento, além da Diretoria de Assuntos Estudantis e Coordenação de Assistência Estudantil da Reitoria: Pedagogo(a) Orientador(a) Educacional, Psicólogo(a), Assistente Social e Chefe de Departamento/Coordenador(a) de Assistência ao Educando dos Câmpus;
- Encontro das Equipes de Biblioteca – Evento de caráter político e formativo que visa preparar os coordenadores de biblioteca e seus auxiliares para garantir o pleno funcionamento, com atendimento

às regras específicas para o setor e utilização de sistema automatizado de gestão, e atendimento à comunidade acadêmica e geral;

- Congresso de Pesquisa e Extensão do IFRO;
- Eventos nos Câmpus: Os Câmpus estabelecem em seus Calendários Acadêmicos eventos como seminários, feiras, exposições, entre outros, para a discussão de temas relevantes e ações de ensino, pesquisa e extensão envolvendo toda a comunidade acadêmica e geral.

2.4.5 Plano para atendimento às diretrizes pedagógicas, estabelecendo os critérios gerais para definição de:

2.4.5.1 Inovações consideradas significativas, especialmente quanto à flexibilidade dos componentes curriculares

A fim de proporcionar a flexibilidade curricular os cursos admitem, respeitadas as áreas e possibilidades, as seguintes estratégias:

- Realização de atividades diversificadas, a exemplo de visitas técnicas, eventos científico-culturais e sociais, que complementam a formação humana e profissional dos estudantes;
- Desenvolvimento de projetos integradores ou eixos temáticos multi, inter e transdisciplinares, que congreguem os conteúdos comuns das disciplinas do curso;
- Oferta de disciplinas optativas a serem escolhidas pelo estudante de acordo com a vocação e interesse;
- Desenvolvimento de atividades complementares que estejam relacionadas ao perfil e área de formação;
- Desenvolvimento de atividades não presenciais com o emprego das tecnologias, inclusive em Ambiente Virtual de Aprendizagem.

2.4.5.2 Oportunidades diferenciadas de integralização curricular

O IFRO oferece como alternativas didático-pedagógicas para integralização curricular:

- Aos estudantes que tenham extraordinário aproveitamento nos estudos, devidamente aferidos mediante a submissão do candidato a provas que atestem a suficiência de seus conhecimentos adquiridos por meio de estudos independentes ou por conhecimentos construídos em sua experiência de trabalho, poderão ter abreviada a duração dos seus cursos nos termos do § 2º do Art. 47 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;
- Aos estudantes dos cursos técnicos subsequentes ao ensino médio e de graduação que tenham realizado estudos no mesmo nível de formação em outros cursos no IFRO ou em outras instituições nacionais ou internacionais, poderão aproveitá-los parcial ou integralmente, no curso atual, resguardadas as regras estabelecidas no Regulamento de Organização Acadêmica;
- Aos estudantes dos cursos técnicos integrados ao ensino médio que não obtiveram aproveitamento satisfatório em até duas disciplinas é possibilitado o avanço nos estudos e oportunidade de cursá-las em outra turma ou com oferta de modo especial, conforme o caso, condições do Câmpus e ainda sob decisão do Conselho de Classe;

- Estudantes dos Cursos de Graduação podem matricular-se em outros cursos do IFRO, no mesmo nível de formação, para cumprimento de disciplinas equivalentes em que haja retenção ou por necessidade de cumprimento de currículo em tempo hábil, nos limites estabelecidos pelo Regulamento da Organização Acadêmica do IFRO.
- Aos estudantes que necessitem de maior tempo para integralização do curso, há a possibilidade de ampliação do tempo de formação, observados os parâmetros dos regulamentos específicos. Para os Cursos de Graduação, admite-se também matrícula especial de estudantes advindos de outras instituições, conforme o Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos de Graduação e editais específicos de seleção.

2.4.5.3 Avaliação da Aprendizagem

A proposta pedagógica do IFRO prevê que a avaliação do processo educativo aconteça de forma contínua e cumulativa, assumindo as funções diagnóstica, formativa e somativa, que devem ser utilizadas como princípios para a tomada de consciência das dificuldades, conquistas e possibilidades e que funcione como instrumento colaborador na verificação da aprendizagem, levando em consideração o predomínio dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados obtidos ao longo do processo da aprendizagem sobre eventuais provas finais, conforme previsão na LDB 9.394/96.

Nessa perspectiva, propõe-se que além da prova individual, o professor possa considerar outras formas de avaliação como:

- Autoavaliação (o aluno observa e descreve seu desenvolvimento e dificuldades);
- Instrumentos avaliativos de diferentes formatos (desafiadores, cumulativos, com avaliação aleatória);
- Mapas conceituais (organização pictórica dos conceitos, exemplos e conexões percebidos pelos(as) alunos(as) sobre um determinado assunto);
- Trabalhos em grupo; Atividades de culminância (projetos, monografias, seminários, exposições, feira de ciências, coletâneas de trabalhos).

Nesse sentido, a avaliação tem de ser considerada em suas múltiplas dimensões, ou seja:

- Diagnóstica: na medida em que caracteriza o desenvolvimento do aluno no processo de ensino-aprendizagem;
- Processual: quando reconhece que a aprendizagem não acontece pela simples fórmula informar-saber;
- Formativa: na medida em que o aluno tem consciência da atividade que desenvolve, dos objetivos da aprendizagem, podendo participar na regulação da atividade de forma consciente, segundo estratégias metacognitivas. Pode expressar seus erros, limitações, expressar o que não sabe, para poder construir alternativas na busca dos conteúdos;
- Somativa: expressa o resultado referente ao desempenho do aluno no bimestre/semestre através de menções ou notas.

Para a avaliação do desempenho deverão ser utilizados, em cada componente curricular, dois ou mais instrumentos de avaliação, elaborados pelo professor. Os demais critérios de avaliação da aprendizagem estão definidos no Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia e no Regimento Interno dos câmpus, que atenderão, dentre outros, aos princípios relativos a notas e frequência.

2.4.5.4 Mobilidade Estudantil

A mobilidade estudantil é entendida sob dois prismas: como fenômeno comum de migração dos estudantes de forma definitiva de um câmpus para outro do IFRO por diferentes razões e também como programa.

No que tange ao fenômeno migratório, o estudante do IFRO tem sua mobilidade estudantil facilitada na medida em que os cursos comuns entre unidades de ensino apresentam organização curricular em sua maioria parametrizada, o que não acarreta em perdas em caso de necessidade de mudança de domicílio.

A Mobilidade Estudantil enquanto programa é o processo pelo qual o estudante desenvolve atividades acadêmicas, por um período pré-determinado, em qualquer unidade do IFRO ou em outra instituição de ensino no Brasil ou no exterior, com o objetivo de complementar e ampliar os seus conhecimentos técnicos, científicos e culturais.

São consideradas como atividades de Mobilidade Estudantil aquelas de natureza acadêmica, científica, artística e/ou cultural, como cursos, minicursos, simpósios, eventos, estágios e pesquisas orientadas que visem à complementação e ao aprimoramento da formação do estudante da Rede de Educação Básica Profissional Técnica e Tecnológica.

A Mobilidade Estudantil tem por finalidade:

- a) Proporcionar o enriquecimento da formação acadêmico-profissional e humana, por meio da vivência de experiências educacionais em instituições de ensino nacionais e internacionais;
- b) Promover a interação do estudante com diferentes culturas, ampliando a visão de mundo e o domínio de outro idioma;
- c) Favorecer a construção da autonomia intelectual e do pensamento crítico do estudante, contribuindo para seu desenvolvimento humano e profissional;
- d) Estimular a cooperação técnico-científica e a troca de experiências acadêmicas entre estudantes, professores e instituições nacionais e internacionais, visando o contato com diferentes métodos, processos e tecnologias voltados para o desenvolvimento científico, o empreendedorismo, a competitividade e inovação;
- e) Propiciar maior visibilidade nacional e internacional ao IFRO;
- f) Contribuir para o processo de internacionalização do ensino técnico, graduação e pós-graduação no IFRO.

A participação do estudante nos Programas de Mobilidade Estudantil do IFRO está vinculada ao cumprimento de critérios estabelecidos no seu regulamento e em editais de seleção.

2.4.5.5 Atividades práticas e estágio

As Atividades Acadêmicas Complementares, nomeadas também Atividades Acadêmico-Científico-Culturais, são práticas acadêmicas de múltiplos formatos, realizadas dentro ou fora da instituição, que se integram e contribuem na formação do estudante, sem se confundirem com práticas regulares planejadas para o desenvolvimento específico das disciplinas ou de todo o currículo dos cursos.

As atividades complementares têm como finalidade complementar a formação do aluno, ampliar o seu conhecimento teórico-prático, fomentar a prática de trabalhos interdisciplinares e entre grupos, estimular as atividades de caráter solidário e incentivar a tomada de iniciativa e o espírito empreendedor dos alunos.

Estimulam a prática de estudos independentes, transversais, opcionais, permitindo a permanente e contextualizada atualização profissional específica. Assim, podem incluir projetos de pesquisa, monitoria, iniciação científica, projetos de extensão, estágios extracurriculares (não-obrigatórios), projetos sociais, módulos temáticos, seminários, simpósios, congressos, conferências, entre outros, além de disciplinas oferecidas por outras Instituições de Ensino Superior, desde que se integrem com o Projeto Pedagógico do Curso, conforme prevê a Resolução CNE/CES n.º 1/2006.

A monitoria é destinada a alunos que se destacam positivamente no curso, com o compromisso de colaborar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão de serviços à comunidade. A orientação fica sob responsabilidade do professor da disciplina objeto da monitoria, conforme regulamentação aprovada pelo Conselho Superior do IFRO.

2.4.6 A Prática Profissional

O estágio consiste em uma prática profissional metódica com vistas à construção de experiências bastante específicas na formação do discente, vinculando-o de uma forma direta ao mundo do trabalho e deve ser realizada em conformidade com a Lei nº 11.788/2008, que prevê assinatura de Termo de Compromisso Tripartite, orientação (por professor das áreas específicas do curso e supervisor do local de realização do estágio), avaliação, acompanhamento e apresentação de relatórios. A própria Instituição também poderá conceder vagas para estágio aos alunos deste curso, neste caso cumprindo também os princípios da Orientação Normativa 7/2008, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

“O estágio poderá ser obrigatório ou não-obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso.”¹. (art. 2.º da Lei nº 11.788/08). Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção do diploma. Estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.

As formas de realização do estágio se dão conforme o Regulamento próprio e o Manual de Orientação de Estágio, aprovados pelo Instituto Federal de Rondônia, enquanto o acompanhamento pedagógico desta prática ocorrerá de acordo com o estabelecido na Instrução Normativa 7/2011, da Pró-Reitoria de Ensino. Questões omissas nos referenciais, relacionadas às condições de realização da prática no âmbito do câmpus, são resolvidas pelos órgãos consultivos do IFRO.

Os estágios se iniciam:

- Para os Cursos Técnicos Subsequentes ao Ensino Médio, após o segundo semestre letivo do curso;
- Para os Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, para os Cursos Superiores de Tecnologia e Bacharelados, após a conclusão de 25% do curso.
- Para os Cursos de Licenciatura, a partir do início da segunda metade do curso.

O tempo de realização do estágio será acrescido à carga horária de formação do aluno, nos documentos de conclusão do curso.

Para os Cursos Técnicos de Nível Médio, quando não seja possível realizar o estágio por inexistência comprovada de vagas, a prática profissional poderá ser realizada na forma de trabalho de conclusão de curso (TCC). Quem justifica a inexistência de vagas é o Departamento de Extensão do Câmpus, que deve emitir um parecer atestando o fato.

2.4.7 O Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão do Curso (TCC), quando definido nos projetos pedagógicos dos cursos, constitui-se em componente curricular obrigatório, portanto, requisito parcial para obtenção de grau. Corresponde a uma produção acadêmica que expressa as competências e as habilidades desenvolvidas (ou os conhecimentos adquiridos) pelos estudantes durante o período de formação. Desse modo, o TCC pode ser desenvolvido a partir da verticalização dos conhecimentos construídos nos projetos realizados ao longo do curso ou do aprofundamento em pesquisas acadêmico-científicas, sob a orientação de um professor do curso.

O TCC envolve a elaboração de projeto, o desenvolvimento de pesquisa e a produção do seu relato na forma de artigo científico, monografia, relatório científico, ou outro, conforme especificação no Projeto Pedagógico do Curso, o qual deve ser apresentado diante de banca examinadora. As normas constam no Regulamento dos Trabalhos de Conclusão de Curso de Graduação, instituído pelo IFRO.

2.4.7.1 Desenvolvimento de materiais pedagógicos

Com vistas ao fortalecimento do processo de ensino e aprendizagem e subsidiar o trabalho docente, os professores do IFRO organizam os materiais pedagógicos para atender as demandas das disciplinas. O acompanhamento da produção desses materiais didáticos é realizado pela equipe de ensino de cada câmpus, sob a responsabilidade do Diretor de Ensino, assessorada pela Pró-Reitoria de Ensino.

Especificamente no Câmpus Porto Velho Zona Norte, unidade com estrutura organizacional diferenciada para atendimento da educação a distância, há a previsão do Departamento de Produção em EAD com coordenação específica para a produção de material e design instrucional.

O IFRO possui cadastro no ISSN – International Standard Serial Number, para publicações seriadas, e cadastro no ISBN – *International Standard Book Number* – Agência Brasileira, para a publicação de seus livros.

2.4.7.2 Incorporação de avanços tecnológicos

Na busca de inovações tecnológicas e difusão de conhecimentos científicos, o IFRO promove pesquisa básica e aplicada e desenvolve atividades de extensão, em conformidade com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica e em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais.

Tomando por base a determinação do Art. 80 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o IFRO promove políticas de educação a distância, inclusão e atendimento a programas governamentais, inclusive de forma parceira com União, estados, municípios, instituições públicas, privadas e não governamentais.

A Educação a Distância conta em sua infraestrutura tecnológica com estúdios e canal de transmissão via satélite, além do Ambiente Virtual de Aprendizagem para mediação do processo ensino-aprendizagem.

O Ambiente Virtual de Aprendizagem também foi incorporado na organização didático-pedagógica dos cursos técnicos de nível médio ofertados na modalidade presencial, como meio principal para o desenvolvimento de atividades não presenciais no limite de até 20% da carga horária, conforme previsto na Resolução CNE nº 6/2012.

Na perspectiva de atender as demandas do ensino, pesquisa, extensão e administração a equipe de Tecnologia de Informação do IFRO apresenta, desenvolve e implementa soluções de gestão da informação e comunicação, oferecendo serviços que proporcionam sistematização dos processos acadêmicos e administrativos, por meio da automatização, facilitando o registro, acompanhamento e emissão de relatórios, inclusive em dispositivos móveis, sob os princípios de confidencialidade, integridade e disponibilidade.

A infraestrutura tecnológica disponibilizada à comunidade acadêmica, a exemplo de laboratórios específicos por área e serviços da Rede Nacional de Pesquisa, dá suporte ao processo de ensino aprendizagem e aproxima a formação com o mundo do trabalho que são garantidos através de investimento contínuo alinhado às necessidades institucionais.

As mídias sociais, pelas características de simplificação e facilitação do acesso à informação e à comunicação, e das múltiplas interações e conexões entre os indivíduos, são utilizadas como ferramenta de suporte para a aprendizagem e a construção do conhecimento.

O IFRO oferece como alternativas didático-pedagógicas para integralização curricular:

- aos estudantes que tenham extraordinário aproveitamento nos estudos, devidamente aferidos mediante a submissão do candidato a provas que atestem a suficiência de seus conhecimentos adquiridos por meio de estudos independentes ou por conhecimentos construídos em sua experiência de trabalho, poderão ter abreviada a duração dos seus cursos nos termos do § 2º do Art. 47 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;
- aos estudantes dos cursos técnicos subsequentes ao ensino médio e de graduação que tenham realizado estudos no mesmo nível de formação em outros cursos no IFRO ou em outras instituições nacionais ou internacionais, poderão aproveitá-los parcial ou integralmente, no curso atual, resguardadas as regras estabelecidas no Regulamento de Organização Acadêmica;
- aos estudantes dos cursos técnicos integrados ao ensino médio que não obtiveram aproveitamento satisfatório em até duas disciplinas é possibilitado o avanço nos estudos e oportunidade de cursá-las em outra turma ou com oferta de modo especial, conforme o caso, condições do Câmpus e ainda sob decisão do Conselho de Classe;
- estudantes dos Cursos de Graduação podem matricular-se em outros cursos do IFRO, no mesmo nível de formação, para cumprimento de disciplinas equivalentes em que haja retenção ou por necessidade de cumprimento de currículo em tempo hábil, nos limites estabelecidos pelo Regulamento da Organização Acadêmica do IFRO;
- aos estudantes que necessitem de maior tempo para integralização do curso, há a possibilidade de ampliação do tempo de formação, observados os parâmetros dos regulamentos específicos;
- para os Cursos de Graduação, admite-se também matrícula especial de estudantes advindos de outras instituições, conforme o Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos de Graduação e editais específicos de seleção.

2.5 Políticas de Ensino

2.5.1 Políticas de Ensino para Formação Inicial e Continuada

Entende-se como processo de Formação Inicial e Continuada com um processo que envolve intencionalidade educativa, científica e cultural visando o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social efetivado por meio de cursos, projetos e programas formativos destinados a trabalhadores.

A Formação Inicial e Continuada - FIC quando efetivado por meio de ações de ensino constitui-se num processo de aprendizagem voltado à formação de trabalhadores para sua inserção ou reinserção no mundo do trabalho e para a elevação de escolaridade.

Os cursos FIC têm como finalidade a inserção produtiva e exitosa de trabalhadores, independente do nível de escolaridade, no mundo do conhecimento e do trabalho. Visam promover a formação inicial e continuada técnica, tecnológica e científica, em atendimento às demandas de mercado e setores produtivos, em consonância com a realidade local, regional e nacional.

Objetivos:

- Garantir a formação de trabalhadores visando sua inserção ou reinserção no mundo do trabalho e sua elevação de escolaridade, sua inclusão produtiva e as possibilidades de aprendizado contínuo;
- Ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
- Desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
- Estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional.

Princípios da formação inicial e continuada

- Democratização do acesso ao ensino tecnológico e a formação profissional de qualidade;
- Valorização dos conhecimentos populares e anteriores nas práticas cotidianas;
- Integração com a pesquisa e o ensino formal e informal;
- Articulação com os arranjos produtivos locais e demandas da sociedade.

Programas

- Cursos FICs ofertados em cada câmpus de acordo com as demandas locais;
- PROEJA FIC;
- Programa Mulheres Mil;
- CertiFIC;
- PRONATEC.

2.5.2 Políticas de Ensino para o Ensino Técnico de Nível Médio e de Graduação

As políticas definidas para o ensino da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) estão pautadas:

- Em um paradigma que supere a sobreposição entre campos do conhecimento e campos da profissionalização;
- Na investigação científica a fim de promover o desenvolvimento da ciência e tecnologia, da inovação tecnológica com o compromisso com a democratização das conquistas e benefícios da produção do conhecimento na perspectiva da cidadania e da inclusão;

- No fortalecimento da relação entre a EPT e a Educação Básica, introduzindo o Jovem no universo temático do Mundo do Trabalho/Ciência/Tecnologia, e Cultura como dimensões indissociáveis;
- Na aproximação da Educação de Jovens e Adultos (EJA) à EPT (PROEJA).

Para isso, teremos que superar os seguintes desafios:

- Inclusão Social - dimensionando a EPT a partir do reconhecimento de demanda que resulta da exclusão dos processos de formação de milhares de pessoas;
- Inclusão Produtiva - estabelecendo a EPT em um espaço mais amplo e que não atenda somente as demandas das representações de setores da produção mais elaborada;
- Reconhecimento de conexões intrínsecas: entre Educação Básica e Superior, entre formação humana, científica, cultural e profissionalização e entre Educação Geral e Profissional;
- Estruturar cursos com itinerário formativo, articulados com uma sistemática de certificação que favoreça a mobilidade e o desenvolvimento profissional;
- Ofertar cursos respeitando as diversidades e peculiaridades regionais, tendo como foco a formação de um homem reflexivo, crítico, criativo e comprometido com o social;
- Promover, no processo de ensino e aprendizagem, um conjunto de habilidades e competências, que propicie a construção do conhecimento, visando à transformação da realidade;
- Integrar teoria e prática de forma significativa, favorecendo a autonomia do aluno;
- Articular as demandas sociais do mundo do trabalho nos currículos de educação profissional;
- Articular os princípios e proposições contidas no projeto pedagógico com a gestão institucional e com os processos de acompanhamentos e avaliação continuada da formação efetivada;
- Adotar o trabalho como princípio educativo.

O ensino no Instituto Federal de Rondônia deve ser desenvolvido conforme os princípios de liberdade de pensamento, reflexão crítica, atendimento solidário, ação responsável, construção de competências, preparação para a cidadania, formação para o mundo do trabalho e a continuidade de estudos, tendo-se sempre em vista a formação global do educando associada às especificidades do curso aplicado e à valorização das peculiaridades regionais.

Quanto ao aspecto legal, as políticas de ensino do Instituto Federal de Rondônia estão pautadas, prioritariamente na Lei nº 9.394/2012, que institui as Diretrizes e Bases para Educação, na Resolução nº 6, de 20 de setembro de 2012, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio e nas seguintes normativas:

- Parecer CES/CNE nº 67/2003, que fixa o referencial para as diretrizes curriculares nacionais, inclui as Atividades Complementares como um dos conteúdos curriculares obrigatórios das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação;
- Resolução CP/CNE nº 2/2002, que fixa a carga horária mínima das Atividades Complementares em 200h para cada licenciatura;

- Resolução CES/CNE nº 2/2007, dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial;
- Resolução CP/CNE nº 3/2002, que institui as diretrizes curriculares nacionais gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia;
- Parecer CES/CNE nº 239/2008, disciplina a oferta e a carga horária das Atividades Complementares para os CST;
- Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos, que orienta a oferta de cursos técnicos de nível médio nos diferentes sistemas de ensino do país, fixam nomenclatura, carga horária e o perfil descritivo;
- Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia, que orienta a oferta de cursos superiores de tecnologia com base nas diretrizes curriculares gerais para os CST, por eixo tecnológico, fixa o perfil profissional do egresso e a carga horária mínima de cada curso;
- Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme o disposto no Parecer CNE/CP nº 8/2012, que originou a Resolução CP/CNE n.1 de 30/05/2012;
- Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e africana e indígena, conforme o disposto na Lei nº 11.645 de 10/03/2008, na Resolução CNE/CP nº 01, de 17 de junho de 2004 e na Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003;
- Políticas de Educação Ambiental, conforme o disposto na Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e no Decreto nº 4.281, de junho de 2002, Resolução CP/CNE nº 2 de 15/06/2012.

Para apoiar as demandas do ensino, o IFRO desenvolve, de forma sistêmica, ações voltadas ao acesso, a permanência, ao implemento do processo formativo, entre outras.

Como forma de democratização do acesso ao ensino público, gratuito e de excelência, o IFRO adota política de implementação das ações afirmativas aplicadas pela instituição, tanto através da Lei nº 12.711/2012 como pela reserva de vagas às pessoas com deficiência; adesão aos sistemas nacionais de seleção de estudantes; de interiorização por meio da abertura de câmpus e de novos polos de educação a distância.

Para a ampliação das possibilidades de permanência e êxito no processo educativo, o desenvolvimento dos programas de assistência estudantil visa o atendimento a demandas universais de ensino, pesquisa e extensão e demandas oriundas da vulnerabilidade socioeconômica vivida pelos estudantes. Como parte dessa política, está a implementação de um sistema para o levantamento do perfil do estudante com a celeridade necessária para a concessão de auxílios no início do período letivo.

Estratégias típicas de educação a distância são incorporadas nos cursos oferecidos na modalidade presencial, nos limites previstos na legislação vigente, ampliando as possibilidades de flexibilização curricular.

A gestão democrática e a capacitação são ferramentas indispensáveis e viabilizadas através de encontros dos diferentes setores sob responsabilidade da gestão do ensino para a discussão, análise de possibilidades, tomada de decisão e formação em nível institucional e na Rede Federal. Neste sentido, eventos anuais são organizados envolvendo gestores do desenvolvimento do ensino, do registro acadêmico, da biblioteca e da assistência estudantil com vistas à implementação dos serviços oferecidos e dos resultados do processo ensino aprendizagem.

A decisão sobre as ofertas de cursos técnicos de nível médio e de graduação são embasadas em estudos que envolvem o conhecimento da realidade social e econômica local e possibilidades atuais e futuras do mercado de trabalho.

Diante da transformação da economia e do mercado de trabalho em diferentes regiões do Estado, o IFRO esquematiza a reavaliação de suas ofertas nos locais em que as demandas são menores que a procura. Nos casos em que a avaliação se encaminhar para uma recondução da oferta, novos estudos deverão ser realizados considerando além dos arranjos produtivos locais e as possibilidades do mercado de trabalho, o quadro de servidores existente e o proposto para a unidade, e as possibilidades de organização curricular com gestão otimizada do tempo e de flexibilização curricular.

A avaliação é parte constituinte e indispensável no processo de ensino aprendizagem, não somente no aspecto de desempenho acadêmico, mas também de condições de infraestrutura e de pessoal, de nível de qualificação dos profissionais da educação e de atendimento às demandas socioeconômicas. O acompanhamento dos indicadores acadêmicos é parte constituinte desse processo de avaliação e reavaliação das ofertas da Instituição.

Os compromissos pactuados com o Ministério da Educação em relação à oferta são perseguidos. As ofertas de cursos técnicos articulados ao ensino médio priorizam a forma integrada, mas a diversificação por meio da forma concomitante é visto como um viés alternativo para a oferta da EPT nos locais mais distantes por meio da EaD.

O estabelecimento de parcerias entre instituições das redes municipal, estadual e federal é entendido como ação fortalecedora da EPT com vistas à ampliação do atendimento à sociedade, especialmente, àquelas demandas reconhecidamente resultantes de exclusão.

2.6 Políticas de Extensão

A Política de Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia consiste no processo de interação entre Instituto e Sociedade. É por meio da Extensão, aqui entendida como prática acadêmica que interliga as atividades de ensino e de pesquisa com as demandas da população, que é possível formar um profissional cidadão capaz de utilizar a extensão como espaço privilegiado de produção e difusão do conhecimento na busca da superação das desigualdades sociais.

Os três pilares que fundamentam o processo educativo são: ensino, pesquisa e extensão. A relação indissociável que a extensão possui com o ensino e com a pesquisa é dinâmica e potencializadora. Com o ensino, a extensão oferece elementos para transformação no processo pedagógico, onde professores e alunos constituem-se como sujeitos do ato de ensinar e aprender, propiciando a socialização e a aplicação do saber acadêmico. Já com a pesquisa, a extensão se intensifica com o uso de metodologias específicas, compartilhando conhecimentos produzidos pela instituição e retroalimentando quanto às demandas sociais por novas tecnologias, contribuindo, assim para a melhoria das condições de vida da sociedade. Deste modo, as atividades de extensão buscam atender às necessidades da sociedade, em todos os domínios sociais nos quais o IFRO tenha potencial de atuação, nos âmbitos tecnológico, cultural, político e educacional.

Os princípios norteadores da concepção de extensão propostos pelo IFRO são:

1. Indissociabilidade com o ensino e a pesquisa - a extensão é indissociável do ensino e da pesquisa, podendo envolver atividades intercâmpus e inteinstitucionais, devendo refletir a responsabilidade social da Instituição.
2. Compromisso com a transformação social – a extensão se rege pelo princípio com compromisso com a transformação social, objetivando desenvolver a educação profissional e tecnológica, atender às demandas sociais e às peculiaridades regionais, realizando ações para comunidades, principalmente aquelas

em situação de vulnerabilidade social, com vistas à perspectiva de melhoria da qualidade de vida e do desenvolvimento sustentável.

3. Divulgação do conhecimento científico – a extensão busca interrelacionar os saberes acadêmico e popular, estabelecendo trocas de conhecimentos e promovendo a divulgação científica, bem como empreender ações envolvendo temas e problemas relacionados às áreas de abrangência de seus cursos, os quais possam vir a se tornar referência para o desenvolvimento de linhas de pesquisas, fazendo com que seu compromisso social permeie todas as esferas do trabalho realizado no Instituto.
4. Incentivo à produção cultural – a extensão busca incentivar a produção cultural, desenvolvendo ações artísticas, sociais, políticas e econômicas visando à preservação dos bens simbólicos e sua divulgação.
5. Interação dialógica com a comunidade – a extensão deve ocorrer como ação de mão dupla, entre o IFRO e a sociedade, por meio da qual os atores sociais que participam da ação – membros das comunidades com as quais a ação de extensão é desenvolvida, e membros do Instituto (servidores e alunos) – contribuem para a produção do conhecimento, proporcionando um diálogo entre o conhecimento científico e o popular; entre o saber construído na prática cotidiana e o fazer profissional .
6. Impacto na formação do estudante – em razão de sua natureza, a inserção em atividades extensionistas constitui aporte decisivo para a formação profissional e cidadã do aluno, seja pela ampliação do universo de referência que ensejam, seja pelo contato direto com as questões sociais, permitindo a reafirmação e a materialização dos compromissos éticos e sociais do IFRO, bem como a consolidação desses compromissos na atuação profissional do discente.

A Política de Extensão será delineada com o objetivo de:

- Reafirmar a extensão como processo acadêmico indispensável à formação do estudante, à qualificação do corpo técnico/docente e ao intercâmbio com a sociedade;
- Estruturar, desenvolver, implementar, avaliar e reavaliar sistemática e periodicamente ações, projetos e programas multi, inter ou transdisciplinares e interprofissionais;
- Propiciar ao estudante, prioritariamente na sua área de formação profissional, o acesso a atividades que contribuam para a sua formação artística, cultural, ética e para o desenvolvimento do senso crítico, da cidadania e da responsabilidade social;
- Propiciar à sociedade o acesso ao IFRO por meio de cursos de extensão, da prestação de serviços, da participação em eventos culturais e artísticos ou outras atividades que alcancem os objetivos da Instituição e o atendimento das necessidades do desenvolvimento sustentável regional;
- Complementar a relação IFRO - Sociedade por meio da democratização do saber acadêmico e pelo estabelecimento de um processo contínuo de debates, fomento de idéias e vivências;
- Estender à sociedade os resultados das atividades de ensino e pesquisa, por meio da elaboração e difusão de publicações e outros produtos acadêmicos;
- Estruturar e desenvolver mecanismos que promovam a interação contínua e recíproca entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- Viabilizar ações, projetos e programas de interesse acadêmico, científico, filosófico, tecnológico e artístico do ensino, da pesquisa e da extensão;

- Incentivar ações permanentes voltadas para a Formação Inicial e Continuada (FIC) de profissionais, considerando os aspectos socioeconômicos da região, em parceria com instituições municipais, estaduais e federais, bem como no âmbito da iniciativa privada e organizações sem fins lucrativos;
- Desenvolver atividades de extensão normatizadas, planejadas e executadas por interessados (servidores e discentes) devidamente qualificados;
- Disponibilizar recursos para a viabilidade de projetos de Extensão;
- Capacitar servidores para trabalho de captação de recursos.

2.7 Políticas de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação

2.7.1 Caracterização da Pesquisa

2.7.1.1 Definição e Contexto

No Instituto Federal de Rondônia, a exemplo do Ensino e da Extensão, a Pesquisa é considerada atividade básica e está fundamentada nos princípios Científico – que prima pelo desenvolvimento da Ciência, e Educativo – que busca desenvolver no pesquisador a atitude de questionar sua realidade e de buscar alternativas para aperfeiçoá-la.

Nesse sentido, as pesquisas a serem desenvolvidas no IFRO deverão estar relacionadas com as demandas dos arranjos produtivos, sociais e culturais, de modo que, de forma integrada às atividades de Ensino e de Extensão, objetivem a geração de novos conhecimentos necessários ao desenvolvimento de alternativas inovadoras para demandas concretas da Sociedade, a partir da produção de novas tecnologias, do aprimoramento de produtos e processos e do avanço no conhecimento técnico e científico, de forma a possibilitar o desenvolvimento econômico, tecnológico, ambiental e social regional e do país.

Com o objetivo de consolidar as atividades institucionais de pesquisa e inovação, de modo a cumprir sua função social de Instituição de Ensino, Pesquisa e Extensão, o Instituto tem fomentado, até o momento, essas atividades por meio da concessão de auxílio financeiro aos pesquisadores iniciantes (bolsas) e de auxílio financeiro à pesquisa (taxa de bancada), dando, portanto, incentivo e suporte à realização de projetos pelos Servidores e Alunos.

Apesar desse apoio institucional, ainda é reduzido o número de projetos que o IFRO desenvolve em parceria com instituições ou empresas, sendo, portanto, reduzida captação de recursos externos pela instituição.

Faz-se necessária, portanto, a criação de dispositivos internos que regulamentem a execução dos recursos destinados à pesquisa e à inovação no Instituto e que possibilitem a ampliação do quantitativo de Servidores e de Alunos envolvidos nessas atividades, em todos os níveis e modalidades de ensino ofertados pelo IFRO. Além disso, a existência desses dispositivos contribuirá para a atração de parceiros, públicos e privados, para a execução, em parceria, de projetos científicos e tecnológicos necessários ao desenvolvimento local e regional e que contribuirão para a captação de recursos externos ao orçamento da instituição.

O IFRO também tem incentivado o fomento a participação de Servidores e Alunos em eventos científicos e tecnológicos com o objetivo de divulgar e publicar resultados de trabalhos desenvolvidos na Instituição. Porém, com o objetivo de melhorar a produção intelectual qualificada dos Servidores e de aumentar as possibilidades de captação de recursos externos, esse fomento deverá ser estendido à publicação em periódicos técnicos e científicos.

Portanto, é objetivo do Instituto ampliar a participação dos seus Servidores e Alunos em atividades científicas, tecnológicas e artístico-culturais, de modo a melhorar e consolidar a posição do IFRO junto à comunidade acadêmica e científica, nos âmbitos regional e nacional.

A articulação entre o IFRO e os demandantes externos de suas atividades de pesquisa e inovação é realizada pelo Núcleo de Inovação Tecnológica do Instituto (NIT/IFRO). Esse Núcleo tem desenvolvido ações para disseminar, junto à comunidade interna, a cultura da inovação e da propriedade intelectual, de modo a orientar e incentivar a participação dos pesquisadores da instituição na execução de projetos de pesquisa aplicada em parceria com empresas e outras instituições de ciência e tecnologia.

No tocante à internacionalização da pesquisa, o IFRO já aderiu a acordos de cooperação técnico-científicos realizados entre a SETEC e instituições estrangeiras, a exemplo dos Colleges Canadenses. Além disso, apesar da busca constante por parceiros internacionais para o desenvolvimento conjunto de atividades de pesquisas, inovação e de formação qualificada de pessoal, o Instituto já assinou termos de cooperação com instituições estrangeiras, a exemplo do Belgian Institute For Space Aeronomy (BIRA-IASB), da Bélgica, e do International Center for Numerical Methods Engineering (CIMNE), sediado na Universidade da Catalunha, em Barcelona, Espanha.

Ainda sobre essa temática, está sendo criado o Núcleo de Internacionalização Institucional, que coordenará o programa de mobilidade internacional do IFRO e os promovidos pela Capes e CNPq e que oportunizarão aos Servidores e Alunos a realização de pesquisas e de formação em instituições internacionais parceiras. Uma das ações iniciais desse Núcleo será a execução do Programa Piloto de Internacionalização da Pesquisa Aplicada e Extensão Tecnológica do IFRO (PIPEX). Essas ações e iniciativas demonstram que o processo de internacionalização do IFRO já foi iniciado.

Quanto à qualificação de Servidores para execução de pesquisas qualificadas e atuação em programas de Pós-Graduação *Stricto sensu*, o IFRO implementou parcerias com instituições de ensino para a oferta de Doutorados e Mestrados Interinstitucionais (DINTER e MINTER) aos seus Servidores. Além da qualificação, essas ações têm contribuído para a elevação da produção técnico-científica dos Servidores, criando um ambiente de produção científica e tecnológica no Instituto para a implantação de programas próprios de mestrado e doutorado, bem como aproximando o IFRO de outras instituições com reconhecida competência no desenvolvimento de atividades de ensino e pesquisa.

Em adição, e com o objetivo de ampliar a divulgação das atividades desenvolvidas por seus Servidores e Alunos, e como forma de contribuir para a consolidação do diálogo e da interação entre a instituição e o mundo da produção, dos serviços e Sociedade em geral, o IFRO tem buscado fortalecer seus periódicos técnico-científicos e fomentar a publicação de livros autorais por seus Servidores e Alunos.

Por fim, as atividades de pesquisa e inovação no Instituto, bem como a transferência tecnológica para a Sociedade demandante, estão sendo continuamente fortalecidas, com o objetivo de consolidar o IFRO como instituição de excelência no desenvolvimento de atividades técnico-científicas necessárias para atender as demandas dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais e de contribuir para a elevação da competitividade tecnológica do país.

2.7.1.2 Objetivos e Metas

As finalidades e os objetivos dos Institutos Federais de Educação são definidos, respectivamente, nos artigos 6o e 7o da Lei No 11.892/2008. Conforme o inciso III do artigo 6o dessa Lei, dentre outras finalidades, os IFs foram criados para realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico. Quanto aos objetivos, é definido no inciso

III do artigo 7º que os Institutos Federais deverão realizar pesquisas aplicadas, de modo a estimular o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade.

Em atendimento a essa determinação presente na Lei de criação do Instituto, o programa de pesquisa do IFRO tem como objetivos aqueles definidos nas tabelas apresentadas logo mais.

Os objetivos propostos serão alcançados a partir da adoção da pesquisa aplicada como ferramenta complementar às atividades de ensino desenvolvidas em ambientes didáticos tradicionais. Assim, o processo de ensino-aprendizagem envolverá, de forma integrada, atividades de ensino e de pesquisa e extensão, além de espaços de aprendizagem diversos que possibilitem ao Aluno apoderar-se do conhecimento existente para, a partir dele, desenvolver ações que resultem na produção de novos conhecimentos, favorecendo o seu aprendizado e transferindo, para a Sociedade, as novas informações e tecnologias geradas por meio das atividades de pesquisa.

Desse modo, a pesquisa e inovação desenvolvidas no IFRO deverão estar alinhadas com as demandas dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, bem como com as demandas prioritárias do país nas áreas de atuação da Instituição; de forma que o Instituto possa contribuir decisivamente para a elevação da competitividade tecnológica e para o desenvolvimento socioeconômico do país.

Para possibilitar a realização dos objetivos acima mencionados, são propostas as metas no item 1.3.5, Tabela 6, para a Pesquisa e Inovação no IFRO os próximos 5 (cinco) anos.

2.7.1.3 Diretrizes Gerais

O IFRO propõe-se a desenvolver uma pesquisa que dialogue com as demandas da Sociedade e que seja capaz de promover a integração entre pesquisadores iniciantes – Alunos e Servidores, e pesquisadores com maior maturidade científica.

Espera-se, desta maneira, que as atividades de pesquisa desenvolvidas no Instituto, além de contribuir para a formação científica e profissional dos Alunos, de todos os níveis e modalidades de ensino ofertados pela instituição, gerem as informações e produtos necessários para a resolução das demandas tecnológicas, sociais e culturais locais e nacionais.

Nesse sentido, as Diretrizes para a Pesquisa foram definidas quanto às perspectivas dos Discentes, Servidores e da Sociedade. Quanto aos Discentes, as Diretrizes da pesquisa são as seguintes:

- Ampliar e fortalecer o programa institucional de pesquisa e inovação;
- Envolver os Discentes em todas as atividades de Pesquisa e Inovação, capacitando-os para atuarem, como pesquisadores ou no exercício técnico de sua profissão, de forma a contribuírem positivamente para o desenvolvimento socioeconômico e cultural da sociedade;
- Criar oportunidades educacionais que permitam a capacitação profissional constante dos Alunos, com a oferta de programas de pesquisa em diferentes níveis e modalidades de ensino;
- Desenvolver as atividades de pesquisa para solucionar problemas técnico-científicos apresentados pela sociedade;
- Buscar a melhoria da qualidade do ensino a partir do uso da pesquisa como ferramenta para comprovação e geração de conhecimentos relacionados aos cursos do IFRO;
- Considerar e valorizar conhecimentos e competências prévias dos Alunos, incentivando-os a participar dos grupos e das atividades de pesquisa e inovação;

- Incentivar e fomentar o desenvolvimento de pesquisas na área da educação tecnológica como forma de aperfeiçoar metodologias e modalidades de oferta da mesma;
- Incentivar e fomentar a mobilidade de internacional de Alunos para o desenvolvimento de atividades de pesquisa; e
- Incentivar e fomentar a participação de Alunos em eventos científicos e tecnológicos, nacionais e internacionais, para publicação de resultados de pesquisa e inovação.

Para elevar e qualificar a participação dos Servidores nas atividades de Pesquisa e Inovação, as diretrizes propostas são:

- Capacitar os Servidores da Instituição para o desenvolvimento de pesquisas qualificadas;
- Incentivar e fomentar a pesquisa em todos os níveis e modalidades de ensino;
- Fomentar e fortalecer os Grupos de Pesquisa;
- Fomentar e fortalecer a Pós-Graduação;
- Divulgar e disseminar os resultados das pesquisas desenvolvidas pelo IFRO;
- Ampliar a participação do IFRO em publicações nacionais e internacionais;
- Ampliar o acesso por Servidores e Alunos às bases indexadas de conhecimento;
- Incentivar o desenvolvimento de redes de cooperação de pesquisa entre o IFRO e outras instituições de ensino e pesquisa, nacionais e estrangeiras;
- Apoiar a mobilidade de Servidores para a participação no desenvolvimento de projetos de pesquisa em parceria com instituições brasileiras e estrangeiras;
- Promover a participação dos Servidores em eventos científicos no Brasil e no exterior; e
- Disponibilizar e compartilhar espaços físicos e equipamentos destinados à pesquisa.

Ao considerar a Sociedade, são propostas as seguintes Diretrizes para pesquisa no IFRO:

- Estabelecer e estreitar relações com instituições de diversas naturezas e órgãos de fomento;
- Simplificar o processo institucional para viabilizar o desenvolvimento de atividades de pesquisa em parceria com o setor produtivo e sociedade em geral;
- Promover a transferência de tecnologia para a Sociedade de maneira articulada à Extensão; e
- Fomentar e fortalecer a inovação e o empreendedorismo, dentro e fora da instituição.

2.7.1.4 Políticas de Pesquisa e Inovação

Ao conceber a pesquisa como atividade capaz de contribuir para a oferta de uma educação que assegure ao indivíduo o desenvolvimento de sua capacidade de gerar conhecimentos a partir da prática interativa com a realidade, o IFRO concebe que o ato de pesquisar deve vir ancorado nos princípios científico – que se consolida na construção da ciência, e educativo – que diz respeito à atitude de questionamento do pesquisador sobre sua realidade.

As políticas da Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação do IFRO serão pautadas no incentivo e fomento à criação e fortalecimento de grupos de pesquisa da instituição e de programas de Pós-Graduação, bem como na integração entre as atividades de pesquisa e de extensão, para assegurar o desenvolvimento de pesquisas que representem as demandas reais da Sociedade.

Item	Nome do Grupo	Líder do Grupo	Área Predominante
01	Agropecuária Sustentável na Região Amazônica	Luciano dos R. Venturoso	Agronomia
02	Ciência de Alimentos	Nélio Ranieli F. de Paula	Ciência e Tecnologia de Alimentos
03	Desenvolvimento Regional Sustentável do Cone Sul (RO)	Jaqueline Aida Ferrete	Planejamento Urbano e Regional
04	Educação e Ciência na Agropecuária da Região Amazônica (ECARA)	Isis Lazzarini Foroni	Agronomia
05	Gestão Agroambiental da Amazônia Ocidental	Ernando Balbinot	Agronomia
06	Grupo de Estudos em Educação, Filosofia e Tecnologias (GET)	Rosa Martins Costa Pereira	Educação
07	GPMecatrônica e Geotecnologias	Rafael Pitwak M. Silva	Ciência da Computação
08	Grupo de Pesquisa em Motricidade Humana, Sociedade e Saúde (GPMOSOS)	Rafael Ayres Romanholo	Educação Física
09	Grupo de Pesquisa em Educação a Distância	Ariadne J. Félix Quintela	Educação
10	Grupo de Pesquisa em Ensino de Ciências e Matemática	Gilmar Alves Lima Júnior	Educação
11	Grupo de Pesquisa em Ensino, Fundamento e Aplicação das Ciências e Matemática/GPEFACIM	Edslei R. de Almeida	Educação
12	Manejo, Processamento e beneficiamento de propágulo e plantas de essências florestais da Amazônia	Maria Elessandra R. Araújo	Recursos Florestais e Engenharia Florestal
13	Meio Ambiente, Educação, Energia Renovável	Erick Antônio S. de Castro	Física
14	Monitoramento e Qualidade Ambiental	Giselle C. Saldanha	Ecologia
15	Núcleo de Estudos Históricos e Literários	Xênia de Castro Barbosa	História
16	Sistemas Integrados de Produção Agropecuária na Amazônia Ocidental	Ernando Balbinot	Agronomia
17	Tecnologias para o Manejo de Agroecossistema Tropical	Marcos Aurélio A. de Macêdo	Agronomia

Tabela 1 – Grupos de Pesquisa certificados no IFRO.

Com esse objetivo, o IFRO incentivará a participação de seus Alunos e Servidores em grupos de pesquisa

para o desenvolvimento de atividades sobre uma ou mais áreas de estudo; potencializando as especialidades do conhecimento, graças ao diálogo interdisciplinar, à maior interação e integração entre os pesquisadores e à complementaridade de suas competências. Espera-se, com isso, elevar a produção científica e tecnológica da instituição, criar condições para a implantação de programas de Pós-Graduação Lato e Stricto sensu, além da sua contribuição na proposição de soluções viáveis para temas de interesse regional e nacional.

Para isso, há a necessidade de se estreitar e fortalecer as relações entre a Instituição e a Sociedade, o que possibilitará o diálogo entre os grupos de pesquisa e os demandantes, de tal forma que as demandas para a pesquisa cheguem à Instituição e os produtos gerados por esta retornem aos demandantes externos de forma rápida e objetiva, por meio da extensão tecnológica.

Além disso, de modo geral, as pesquisas desenvolvidas por esses grupos resultam em informações de interesse científico e que devem ser divulgadas para a comunidade científica por meio de periódicos especializados, livros ou em eventos técnico-científicos.

A produção acadêmica e científica será organizada e disseminada pelos grupos de pesquisa que elaborarão projetos para captação de recursos institucionais e externos (CNPq, FINEP, EMBRAPPII, etc.) que fomentem os trabalhos desenvolvidos pelos pesquisadores e a publicação e divulgação dos mesmos em eventos, periódicos nacionais e internacionais, a publicação de livros, o desenvolvimento de produtos e processos.

Além disso, a implantação da Editora do IFRO como canal de publicação de trabalhos docentes e pós-graduados dirigida ao ensino e uso didático nos cursos de graduação e pós-graduação, com o objetivo de estimular os Servidores a desenvolverem projetos de interesse editorial e acadêmico.

A Inovação Tecnológica tem por tarefa a consolidação de empresas júnior e incubadoras tecnológicas onde a participação dos docentes e alunos será prioritária para criar no IFRO a busca por resultados positivos quanto aos serviços prestados por estas empresas que estimularão a criação de patentes, de empreendimentos graduados, de transferência de tecnologia e outras proteções de propriedade intelectual.

Pelo exposto, as Políticas de Pesquisa do IFRO contemplarão:

- Criação, reorganização e fortalecimento dos grupos de pesquisa da instituição, com o objetivo de integrar pesquisadores com diferentes níveis de maturidade científica, cursos de diferentes níveis e modalidades de ensino, além de gerar a inovação a partir das pesquisas desenvolvidas;
- Aperfeiçoamento da gestão de projetos de pesquisa e inovação tecnológica;
- Incentivo e fomento à captação de recursos externos para pesquisa e inovação tecnológica;
- Incentivo e apoio à proteção e transferência de tecnologia;
- Disseminação da cultura da Inovação Tecnológica e da Propriedade Intelectual, dentro e fora do IFRO;
- Apoio e fomento à publicação e divulgação dos resultados científicos e tecnológicos obtidos pela pesquisa;
- Ampliação das ações de apoio e incentivo ao desenvolvimento de projetos de pesquisa e inovação tecnológica;
- Fomento às ações empreendedoras integradas às atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- Investimento, planejado e eficiente, na qualificação de docentes e técnicos administrativos, em programas recomendados pelas agências de fomento, além do fortalecimento dos Programas/Núcleos de pesquisa do IFRO;
- Ampliação das atividades de cooperação científica e tecnológica;

- Ampliação da divulgação das competências e tecnologias do IFRO;
- Incentivo e fomento à participação de Servidores em programas de mobilidade internacional;
- Adequação de quadro de pessoal e de infraestrutura para realização das pesquisas;
- Aplicação de critérios e indicadores para acompanhamento e avaliação das pesquisas desenvolvidas no Instituto.

2.7.1.5 Caracterização da Pós-Graduação

A Pós-Graduação parte do princípio de que a carreira e a produção acadêmica influenciam os resultados obtidos pela instituição. Ela pode ser simultaneamente, um instrumento de ensino, pesquisa e extensão por promover a continuidade de estudos, o aperfeiçoamento profissional, a produção e socialização de conhecimentos especializados para uso social e para o avanço da ciência.

O termo “Pós-Graduação” ainda gera incertezas, mesmo entre aqueles que cursaram uma “graduação”, fruto de sua construção histórica já que na década de 1940, gênese do uso desse termo no Brasil, o significado englobava desde cursos de formação e aperfeiçoamento até doutorado (que à época equiparava-se ao mestrado) e extensão.

Definição e Contexto

O contexto de implantação da Pós-Graduação no Brasil e seu desenvolvimento nas décadas seguintes desenharam o quadro das ações vivenciadas atualmente. Sua implantação repetiu uma fórmula muito utilizada pelos sistemas educacionais: cópia e dependência de modelos de estrangeiros, especialmente, europeu e norte-americano.

Para Santos (2002), a dependência, na qual o modelo de Pós-Graduação brasileiro foi construído, é prejudicial, pois a competência adquirida por outro país na oferta desse nível de ensino acaba inibindo as iniciativas locais e desestimulando a formação de pesquisadores e, por conseguinte, o desenvolvimento de pesquisas. A importação desses modelos, pode-se acrescentar, desconsiderou as diferenças regionais brasileiras e, assim, construiu um dos caminhos para as atuais disparidades educacionais no sistema de ensino do país.

“Em um contexto de dependência científica, avalia-se o cientista não em razão do impacto e do valor que tem em seu país, mas em razão da ressonância internacional de sua produção e da consonância do tema de sua pesquisa com os interesses dos países envolvidos.” (SANTOS, 2002, p.483). Esse é o contexto no qual foram criados os Programas de Pós-Graduação no Brasil que se expandiram na década de 1960. Não por coincidência, essa foi a mesma década em que o país esteve mergulhado no Golpe de 64 que atacou, de forma veemente e prioritária, os intelectuais brasileiros, ao tempo em que importava o saber especializado estrangeiro.

Segundo a Coordenação de Pessoal de Aperfeiçoamento de Nível Superior (CAPES) a Pós-graduação é um sistema especial de cursos que é exigido por duas necessidades e condições: a pesquisa científica e o treinamento avançado. Em curto prazo, seu objetivo é proporcionar ao estudante aprofundamento do saber que o permita alcançar elevado padrão de competência científica ou técnico-profissional, não alcançável no âmbito da graduação. A continuidade dos estudos proporcionada pela Pós-Graduação, em longo prazo, tem como objetivo prover a instituição de ambiente e recursos necessários à livre investigação científica.

Segundo o Art. 44, Inciso III da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB Nº. 9.394/96), a pós-graduação compreende programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e

outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino.

Para fins didáticos, agrupa-se, a seguir, a Pós-Graduação em níveis e subdivisões.

Pós-Graduação Lato Sensu

A Pós-Graduação Lato sensu compreende os cursos de: a) Especialização e b) Aperfeiçoamento. São cursos que visam formar pessoal qualificado para atuar diretamente no mundo da produção e de serviços.

De acordo com o Parecer CNE/CES nº 263/2006 desde a promulgação da LDB 9.394/96 não há uma distinção formal entre especialização e aperfeiçoamento. Há, entretanto, consenso entre diferentes pareceres do Conselho Nacional de Educação de que o aperfeiçoamento destina-se a profissionais que estejam em exercício de uma determinada ocupação, relacionada com a formação acadêmica da graduação. A formação ofertada pelos aperfeiçoamentos não representa, necessariamente, uma profissão, mas cargo ou função. São, portanto, cursos de aperfeiçoamento profissional e devem focalizar a melhoria do desempenho do indivíduo em uma ocupação. Não conferem graus, sua essência é a educação continuada para o trabalho e não equivale a uma especialização.

Já a especialização é caracterizada por atender as demandas reais e ser dirigida ao mercado de trabalho. A pesquisa científica se apresenta em seus contornos com vistas a suprir às necessidades contextualizadas. Inclusive, o Parecer CNE/CES nº 263/2006, a ela se refere como um tipo de “Pós-Graduação Profissional” por suas características de acolher os egressos da graduação, dando prosseguimento ao seu processo de educação continuada e à inserção desses profissionais no mundo do trabalho.

A Lei de criação dos Institutos Federais de Educação (Lei 11.892/2008) define, em seu artigo 7º, que essas Instituições deverão ofertar, em nível de educação superior, cursos de Licenciatura e programas especiais de formação pedagógica, voltados para a formação de Professores para a educação básica, especialmente nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional.

O IFRO já oferta cursos de Licenciatura nas áreas de ciências biológicas, física, química e matemática. Contudo, até, 2013, não tinha sido desenvolvido nenhum programa especial para formação de Professores.

O Ministério da Educação, por meio das Secretarias de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) e de Educação Básica (SEB), financia o Programa de Formação Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública. Nos Estados, as ações desse programa são coordenadas pelos Fóruns Permanentes de Apoio à Formação Docente (FEPAD), que é composto por representantes das instituições ofertantes e demandantes.

Em Rondônia, os cursos ofertados tem como demandantes os profissionais das secretarias estaduais e municipais de educação e, como ofertantes, a UNIR e o IFRO.

O IFRO, no entanto, iniciou as atividades de formação de Professores por esse Programa somente em 2014, com a oferta de 150 (cento e cinquenta) vagas no curso de Especialização em “Atendimento Educacional Especializado na Perspectiva da Educação Inclusiva”.

Para 2015, o IFRO realizou, em discussão com a Secretaria Estadual de Educação de Rondônia (SEDUC-RO), a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME-RO) e a União Nacional de Conselhos Municipais de Educação (UNCME-RO), uma pactuação para a oferta de cursos de aperfeiçoamento e especialização a serem ofertados pelo IFRO em 2015. Os cursos previstos destinam-se a Formação de Professores em parceria com a SECADI, SEB, SEDUC e Secretarias Municipais de Educação de Rondônia.

Nome do Curso – Especialização	Vagas
Educação de Jovens e Adultos na Diversidade e Inclusão Social (EaD)	150
Escola de Gestores - Curso de Especialização em Gestão Escolar (EaD)	150
Educação na Cultura Digital (EaD)	150
Educação Ambiental com Ênfase em Espaços Educadores Sustentáveis (EaD)	150
Educação do Campo (EaD)	100
Nome do Curso – Aperfeiçoamento	Vagas
A Gestão do Desenvolvimento Inclusivo da Escola (EaD)	150
O Ensino da Língua Brasileira de Sinais na Perspectiva da Educação Bilíngue (EaD)	150
Proposta Curricular e Metodologia na Educação Integral (EaD).	150
Atendimento Educacional Especializado na Perspectiva da Educação Inclusiva (Presencial)	40
O Ensino da Língua Brasileira de Sinais na Perspectiva da Educação Bilíngue (Presencial)	40
Prevenção do Uso de Drogas para Educadores da Educação Básica (Presencial)	40
Produção de Material Didático e Formação de Mediadores de Leitura para a Educação de Jovens e Adultos (Presencial)	40
O uso pedagógico dos recursos de Tecnologia Assistiva (Presencial)	32
Nome do Curso – Extensão (curta duração)	Vagas
Educação Ambiental: Escolas Sustentáveis e Com-Vida (EaD)	150
Educação em Direitos Humanos (EaD)	60
Escola que Protege: enfrentando a violência no ambiente escolar e promovendo direitos de crianças e adolescentes (EaD)	150
Juventudes, Sexualidades e prevenção das DST/Aids (Presencial)	40
Gênero e Diversidade na Escola (Presencial)	40
Docência em Educação Infantil (Presencial)	40
Formação Continuada de Professores do 4º e 5º ano do Ensino Fundamental (Presencial)	40
Formação Continuada de Professores do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental (Presencial)	40
Quantidade Total de Vagas a serem ofertadas em 2015	1.902

Tabela 2 – Cursos previstos de Aperfeiçoamento e Especialização.

Com o objetivo de consolidar a participação do IFRO no Programa Nacional de Formação Continuada de Professores das Redes Públicas de Ensino, propõe-se as seguintes metas para serem alcançadas até 2019:

- Integrar às atividades do Programa todos os Professores e Técnicos com Formação Superior na área da Educação;
- Elevar, anualmente, em, no mínimo, 10% o número de vagas ofertadas pelo Programa de Formação Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública.

Item	Nome do Curso	Câmpus	Vagas
1	Gestão Ambiental	Vilhena e PVH Calama	80
2	Informática na Educação	Ariquemes e Ji-Paraná	55
3	Metodologia em Educação Profissional, Científica e Tecnológica	PVH Calama	30
4	Geoprocessamento Ambiental	Colorado do Oeste	25
5	Ensino de Ciências e Matemática	Ji-Paraná	50
Total de Vagas ofertadas em Cursos de Pós-Graduação		190	

Tabela 3 – Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu (Especialização) ofertados e/ou aprovados pelo IFRO.

Item	Nome do Curso	Câmpus	Vagas
1	Educação Matemática	Vilhena	40
2	Vigilância Ambiental com habilitação em Sanitarismo	Vilhena	40
3	Educação de Jovens e Adultos na Diversidade e Inclusão Social	PVH ZN, Ariquemes, Cacoal, Colorado do Oeste, Ji-Paraná e Vilhena	150
4	Ensino de Ciências e Matemática	Cacoal	40
5	Proposta Curricular e Metodologia na Educação Integral	Cacoal	40
6	Metodologia em Educação Profissional, Científica e Tecnológica	PVH Calama	30
Total de vagas a serem ofertadas em Curso de Pós-Graduação		340	

Tabela 4 – Cursos de Pós-Graduação Lato sensu (Especialização) previstos.

Pós-Graduação Stricto Sensu

A Pós-Graduação Stricto sensu abrange os cursos de Mestrado e de Doutorado, que têm como objetivo a formação de pessoal qualificado para atuar em atividades de ensino e de pesquisa, que contribuam para a criação de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia.

Mestres e doutores estão distribuídos de forma muito dispare no Brasil. Segundo dados do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) somente a Região Sudeste, por exemplo, é responsável pela formação de mais de 50% dos doutores no país enquanto a Região Norte titula pouco mais de 4%.

Apresenta-se, a seguir, o quadro atual e perspectivas, em curto prazo, da Pós-graduação Stricto Sensu no IFRO:

Item	Nome do Curso ou Programa	Instituição Parceira	Vagas	Início	Término
1	Educação Agrícola	UFRRJ	18	2012	2014
2	Educação Escolar	UNIR	25	2014	2016

Tabela 5 – Cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu (Mestrado) ofertados em Parceria Interinstitucional.

Item	Nome do Curso ou Programa	Instituição Parceira	Vagas	Início	Término	Situação
1	Desenvolvimento Sustentável	CDS/UNB	20	2015	2017	Aguardando aprovação da CAPES
2	Educação Escolar	UNIR	15	2015	2017	Em andamento

Tabela 6 – Cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu (Mestrado) previstos em Parceria Interinstitucional.

Item	Nome do Curso ou Programa	Instituição Parceira	Vagas	Início	Término	Situação
1	Química de Produtos Naturais	UFRJ	20	2015	2019	Aguardando aprovação da CAPES
2	Ensino de Ciências e Matemática (REAMEC)	UFMT	60	2015	2019	Em andamento

Tabela 7 – Cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu (Doutorado) previstos em Parceria Interinstitucional.

Item	Nome do Curso ou Programa	Instituição Parceira	Vagas	Início	Término	Situação
1	Agropecuária e Ambiente Amazônico	EMBRAPA e UFRJ	15	2015	2017	Aguardando aprovação da CAPES

Tabela 8 – Cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu (Mestrado) Próprios apresentados à CAPES.

Nesse contexto, a criação dos Institutos Federais de Educação, por meio da Lei no. 11.982/2008, representa um importante passo para equanimidade da Pós-Graduação brasileira.

Essas instituições devem atuar de forma a elevar a qualidade da Educação do país e ofertar ensino em todos os níveis e modalidades. No inciso VI do artigo 7o de sua lei de criação, define-se que os IFs deverão ministrar, em nível de educação superior: alínea d) cursos de pós-graduação Lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e, alínea e) cursos de pós-graduação Stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

A Pós-Graduação ofertada pelos Institutos Federais, assim como a pesquisa desenvolvida, deverá, em razão da identidade pública, educativa e inclusiva dessas instituições, estar alinhada às demandas locais do mundo da produção e dos serviços; de modo que a atuação desses Institutos resulte na promoção do desenvolvimento socioeconômico local e regional.

No contexto local, o IFRO institucionalizou a Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (PRO-PESP) em julho de 2009, momento em que a instituição iniciava seus primeiros passos em território rondoniense. Em 2010, a PROPESP iniciou sua atuação com duas pessoas: o Pró-Reitor e a Coordenadora de Pesquisa. A jovem instituição passou a receber profissionais de diferentes áreas para dar início aos cursos. O Câmpus de Ji-Paraná, que iniciou suas atividades anteriormente à própria criação da PROPESP, já mantinha um grupo motivado, com formação e desejo de contribuir socialmente. Nascia ali a semente do primeiro curso de Pós-Graduação do IFRO: Informática em Educação.

Havia, entretanto, um impasse, pois até então nem mesmo a Coordenação de Pós-Graduação existia, pois à época não era considerada prioritária, dada as inúmeras demandas e urgências da Instituição. Pairava, inclusive, a dúvida sobre o lugar da Pós-Graduação: no ensino ou na pesquisa? Mais que um problema de

ocupação de espaço e tempo, existia implicitamente a necessidade de uma reflexão sobre a concepção, o valor institucional dado à formação dos recém-Servidores e a compreensão de que é na Pós-Graduação onde se realiza as pesquisas que possuem reconhecimento científico no Brasil.

Foi nesse contexto que o primeiro Projeto Pedagógico de Curso de Pós-Graduação foi elaborado pelos professores do Câmpus Ji-Paraná e apresentado aos Colegiados pertinentes, sendo aprovado no final do mês de dezembro de 2010 para início no primeiro semestre de 2011.

Por esse motivo, pode-se afirmar que a própria demanda dos Câmpus foi o marco que gerou a criação da Coordenação de Pós-Graduação do IFRO, fato consolidado em fevereiro de 2011, quando o processo seletivo para primeira turma lato sensu da instituição já se encontra em andamento. Desse modo, a primeira tarefa desta Coordenação seria propor a regulamentação dos Cursos lato sensu que contemplasse, inclusive, a modalidade Educação a Distância a qual também nascia na instituição. Após a análise por outros gestores, submissão aos colegiados e aprovação, a Resolução n. 11/2011 foi publicada em abril, algumas semanas depois da aula inaugural da primeira turma de Pós-Graduação do IFRO.

Considerando que as agências de fomento exigem um perfil acadêmico que o IFRO ainda não possuía, o foco da Pós-Graduação voltou-se para a qualificação *Stricto Sensu* dos Servidores. Nasceu a primeira parceria interinstitucional, celebrada entre o IFRO-IFAC e a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro que promoveu a formação de dezoito (18) Mestres na área de Ciências (Educação Agrícola). Entretanto, enfrentava-se as dificuldades inerentes a uma jovem instituição que ainda crescia na auto compreensão sobre a própria importância da Pós-Graduação.

Em razão do reduzido número de doutores e da baixa produção acadêmica dos Servidores, a atuação do IFRO na Pós-Graduação ainda está limitada à oferta de cursos de Especialização. Ao todo, foram ofertados 6 (seis) cursos e 190 (cento e noventa) vagas nesse nível de ensino.

Para mudar esse cenário, e por acreditar na importância de nível de ensino para a melhoria da qualidade do ensino e para o desenvolvimento de pesquisas qualificadas, com geração de conhecimentos e inovação tecnológica, o IFRO tem se preocupado em regulamentar e implantar ferramentas que possibilitem a elevação da titulação e da produção intelectual dos seus Servidores.

Nesse sentido, as metas para a formação de Servidores a serem atingidas nos próximos 5 (cinco) anos são as descritas na Tabela 6 do item 1.3.5.

A partir do alcance dessas metas, e em razão da elevada demanda por formação de pessoal altamente qualificado em Rondônia e na Região Norte do País, espera-se consolidar os programas de Pós-Graduação Lato sensu já implantados e ampliar as ações nesse nível de ensino, com a oferta de novas Especializações e, principalmente, a implantação de Programas *Stricto sensu*.

Em 2013, o IFRO submeteu à Capes o Projeto de Mestrado Profissional em Agricultura e Ambiente Amazônico. No entanto, em razão do baixo índice de publicação qualificada do corpo docente na proposta, o funcionamento do referido curso não foi autorizado. Em 2014, após reformulação da proposta anterior e realização de parceria com a EMBRAPA Rondônia e a Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, o IFRO reapresentou a proposta do Mestrado, agora com o título de Agropecuária e Ambiente Amazônico.

Há que se destacar, no entanto, que o IFRO já dispõe, na maioria de seus Câmpus, de infraestrutura laboratorial e de equipamentos suficientes para a oferta de Programas de Pós-Graduação *Stricto sensu*, em nível de Mestrado.

Assim, são propostos os objetivos e as metas descritas, deverão ser realizadas no quinquênio 2015-2019 pelo Programa de Pós-Graduação do IFRO.

Políticas de Ensino da Pós-Graduação

Parte-se do princípio de que a Pós-Graduação é um elemento que integra a carreira do Servidor à inserção social da Instituição cuja finalidade é a melhoria dos resultados e do alcance de suas ações. Além disso, compreende-se que os estudos em nível de pós-graduação promovem a continuidade de estudos, o aperfeiçoamento profissional e o avanço da ciência.

Diante do contexto de compreensão institucional progressiva de que a Pós-Graduação não é um elemento externo, restrito às Universidades e que os Institutos Federais possuem função social importante na diminuição das disparidades regionais de formação, delineia-se as seguintes políticas internas para este nível de ensino:

- Consolidação do caráter institucional da Pós-Graduação no IFRO, criando o Programa Institucional de Pós-Graduação (PIG) e regulamentações específicas, redimensionando os cursos existentes e criando novos, com base nas demandas e diretrizes;
- Alinhamentos das ações da Pós-Graduação em todos os Câmpus do IFRO com ampla divulgação de cursos, eventos, editais e outras atividades atinentes;
- Introdução de indicadores de avaliação e acompanhamento dos cursos de Pós-Graduação lato e stricto sensu;
- Inclusão de indicadores com resultados objetivos de produção tecnológica em áreas pertinentes (registro e licenciamento de patentes, por exemplo);
- Fomento de Programas stricto sensu que possuam papel indutor prioritário nas dimensões da educação, ciência, tecnologia e inovação;
- Provimento de condições para o domínio de segunda língua por parte dos Servidores e alunos do IFRO;
- Inserção crescente do IFRO no contexto local por meio de parcerias institucionais;
- Suporte para mobilidade dos programas sanduíche e vinda de professores estrangeiros;
- Internacionalização e formação de redes e associações, inter e multidisciplinar para o desenvolvimento de pesquisas interinstitucionais e multicêntricas na Pós-Graduação;
- Integração com a realidade da Educação Básica, a partir de propostas de Mestrados Profissionais e outras ações de intervenção social;
- Induzir mestrados e doutorados nos setores produtivos da região, sem desconsiderar as ações de formação acadêmica e a formação de pesquisadores;
- Esforço para a inclusão das áreas de humanidades e sociais e aplicadas nos Projetos de Curso de cunho técnico e tecnológico;
- Foco em publicações qualificadas a partir de B1 com estímulo a publicações conjuntas;
- Criação de sistemática para envio de cursos novos (APCN), planejados antecipadamente com os Câmpus e instituições externas; e
- Currículos que valorizem a diversidade, o desenvolvimento regional e que proporcionem aperfeiçoamento contínuo.

2.7.1.6 Internacionalização das ações Institucionais

Por conceber o mobilidade internacional de estudantes e de Servidores como ferramenta complementar e importante para a formação técnica e cidadã do Aluno, além de fundamental para a melhoria da qualidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão ofertadas pela instituição, o IFRO tem se preocupado em criar condições que possibilitem a realização e execução de parcerias com instituições estrangeiras, com reconhecida competência na oferta de ensino, desenvolvimento de pesquisa e inovação, e transferência tecnológica nas diversas áreas de atuação do Instituto e de interesse para o Brasil.

Além disso, o IFRO tem buscado participar, de forma efetiva, dos programas e ações governamentais, a exemplo do Ciência sem Fronteiras e do Estágio de Servidores dos Institutos Federais nos Colleges Canadenses, e que objetivam o intercâmbio internacional de brasileiros (Alunos e Servidores) para realização de atividades de formação, estágios e de pesquisa e desenvolvimento em instituições estrangeiras.

O principal obstáculo à participação dos Servidores e, principalmente, de Alunos do IFRO nos programas de mobilidade internacional é o domínio do idioma dos países destino, especialmente da língua inglesa. Desse modo, há a necessidade de a Instituição implantar programa de fomento à realização de cursos de idiomas pelos Servidores e Alunos.

Outro aspecto a ser destacado é o critério da excelência acadêmica exigido para participação no Ciência sem Fronteiras, visto que, em razão de a concorrência às vagas ocorrer em nível nacional, as possibilidades de os Alunos da Região Norte obterem êxito na seleção são inferiores às de Alunos de outras regiões do país, especialmente Sul e Sudeste. Isto porque, sabidamente, os índices educacionais médios dessas regiões são melhores do que os da Região Norte. Portanto, faz-se necessária a criação de programas de reforço escolar para os Alunos do IFRO interessados em participar do CsF, possibilitando aos mesmos, melhores condições de concorrência às vagas do Programa.

Definição e Contexto

Em 2013 e 2014, o IFRO fez contato com diversas instituições estrangeiras com o objetivo de assinar termos de cooperação técnico-científica para o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e inovação tecnológica.

Como resultado, em 2014, foi efetivada a parceria entre o IFRO e o Belgian Institute For Space Aeronomy (BIRA-IASB), da Bélgica, por meio da qual está sendo instalado um laboratório no IFRO/Câmpus Calama para a realização de pesquisas conjuntas sobre a produção de gases de efeito estufa na Amazônia.

Também em 2014, foi realizada a parceria entre o IFRO e o International Center for Numerical Methods Engineering – CIMNE, instituição vinculada à Universidade da Catalunha, Barcelona, Espanha, e que conta com mais de 200 pesquisadores de mais de 50 países e que já realizou mais de mil contratos com indústrias de diversas áreas da economia. Por meio dessa parceria, foi implantada a Aula IFRO-CIMNE no Câmpus Porto Velho Calama, onde Servidores e Alunos do IFRO desenvolverão, em conjunto com Pesquisadores de outros serão desenvolvidas atividades de formação de pessoal e de Pesquisa e desenvolvimento de modelagem matemática e computacional para aplicação nas áreas ambientais e industriais.

O IFRO está implantando, na PROPESP, o seu Núcleo de Internacionalização Institucional – NII, que terá a atribuição de planejar, propor e coordenar as ações de internacionalização das ações de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação do Instituto.

Ainda em 2014, o IFRO implementará, por meio do NII, um Programa Piloto para mobilidade de Alunos para realização de estágios extracurriculares e atividades de pesquisa instituições estrangeiras com as quais o Instituto já assinou termos de cooperação técnico-científica.

Ao considerar as ações já iniciadas pelo IFRO para promover a mobilidade de Servidores e Alunos e ampliar as atividades desenvolvidas em parceria com instituições estrangeiras, o NII estabeleceu, para o quinquênio 2015-2019, as metas supracitadas.

2.7.1.7 Programa Institucional de Bolsas para Formação de Docentes - PIBID

Além dos cursos de formação voltados para atender profissionais que já atuam na Educação, O IFRO, por meio da Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação, desenvolve ações do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID); programa criado pela CAPES com o objetivo principal de elevar a qualidade da formação inicial de Professores nos cursos de Licenciatura, a partir da concessão de bolsas para Alunos das licenciaturas atuarem em projetos de iniciação à docência desenvolvidos em parceria entre as Instituições de Educação Superior, ofertantes de Licenciaturas, e Escolas de educação básica da rede pública.

Espera-se, com esse programa, integrar a educação superior à educação básica, visto que os licenciandos são “inseridos” no cotidiano de escolas da rede pública de educação, proporcionando-lhes oportunidades de criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar que busquem a superação de problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem.

As ações do PIBID/IFRO foram iniciadas, em 2011, com o projeto “Educação Ambiental como Elemento Transformador do Ensino”, com dois subprojetos de Química e Biologia dos Câmpus de Ji-Paraná e Colorado do Oeste. Em 2012, foram inseridos os subprojetos das licenciaturas em ciências biológicas (Ariquemes), Física (Porto Velho Calama) e matemática (Vilhena). No período de 2011 a 2013, o PIBID-IFRO contou com a participação de 66 licenciandos, 5 Professores do IFRO e 16 Professores das Escolas parceiras.

Ao possibilitar a articulação entre teoria e prática pelos licenciandos, ainda durante sua formação, o PIBID contribui para a elevação da qualidade das ações acadêmicas nas licenciaturas e, por conseguinte, para a melhoria na formação dos futuros docentes. Com esse entendimento, o IFRO submeteu e aprovou, em 2014, nova proposta à CAPES, propondo a ampliação das ações do Programa e o uso de metodologias de ensino facilitadoras da aprendizagem dos alunos das escolas parceiras nas áreas de atuação do programa no Instituto. Desse modo, a participação de licenciandos foi ampliada em 97% (de 66 para 130) e a de Professores em 29% (de 21 para 27).

Ao entender a formação de Professores das redes públicas como um de seus objetivos principais e ao reconhecer a contribuição positiva do PIBID para a formação inicial dos mesmos, o IFRO propõe como meta para o Programa, a elevação anual, até 2019, de, no mínimo, 10% do número de licenciandos envolvidos no PIBID-IFRO.

2.8 Responsabilidade Social da IES

O IFRO como instituição integrante da Rede Federal tem consciência do papel social que desempenhará para a construção de uma sociedade menos desigual, mais autônoma e solidária, formando, indiscriminadamente, cidadãos responsáveis por atuar em seu contexto na busca da transformação social que resgate a cidadania.

Por essa razão, as políticas de ações inclusivas deverão contemplar:

- Ações Afirmativas: como propósito de democratizar o acesso ao ensino público, gratuito e de excelência, o IFRO adota a política de reserva de vagas conforme o estabelecido na Lei nº 12.711/2012, em sua plenitude, tanto para os cursos técnicos de nível médio como para os cursos de graduação. Instituição também, a reserva de vagas para pessoas com deficiência na proporção de 5% das vagas destinadas à ampla concorrência;

- A Educação de Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (PNEE): através do desenvolvimento de programas, projetos ou ações que ofereçam instrução apropriada a cidadãos que se qualificam ou buscam qualificação desenvolvidos com estratégias eficientes, adequadas e modernas; promoção da acessibilidade por meio de adequações de passagens, rampas, banheiros adaptados, entre outras ações, além da aquisição de equipamentos específicos, tendo em vista a inclusão dessa clientela nas atividades acadêmicas de laboratórios, visitas técnicas, desporto entre outras;
- A Educação de Jovens em Risco Social: ofertando programas, projetos ou ações que fortaleçam a autoestima, o espaço social, a cidadania, o combate à violência aos adolescentes e jovens, que promovam discussões sobre atitudes comportamentais que pressupõem que esses indivíduos sejam pessoas em formação;
- As Relações Étnicas Raciais e Indígenas: através de ações voltadas para o processo educativo de sensibilização para temáticas étnico-raciais, combate ao racismo, práticas de tolerância e respeito entre diferentes grupos étnicos;
- A Educação no Campo: desenvolvendo projetos e ações que expressem os interesses e necessidades dos sujeitos que vivem, trabalham e são do campo. Além de promover debates sobre movimentos sociais relacionados ao homem do campo;
- A Educação Ambiental: desenvolvendo projetos e ações que disseminem o conhecimento sobre o ambiente com o propósito da preservação e utilização sustentável dos recursos naturais, principalmente considerando a localização geográfica em que se encontra o IFRO;
- Educação na Melhor Idade: ofertando projetos e ações que abordem temas sobre a pessoa idosa, a estrutura familiar e a velhice, lazer, o convívio harmônico entre gerações e educação e processos educativos. Além disso, oportunizando discussões que tratem da atenção familiar como o abuso e negligência contra idosos.

As políticas definidas para as ações inclusivas fomentarão as seguintes ações:

- Capacitar os servidores para o atendimento às pessoas com necessidades educacionais específicas e à diversidade;
- Fortalecer e ampliar a EPT em Rondônia, inclusive com fomentos à Educação a Distância (EaD), de forma a atender ao trabalhador;
- Desenvolver e fortalecer ações e/ou programas que incentivem o empreendedorismo social;
- Fomentar o debate para a necessidade de criação de políticas de inclusão social, consoante às vocações regionais, a partir da integração Educação Básica/Educação Profissional e Tecnológica;
- Formalizar a integração da rede de Educação Básica com as redes de Educação Profissional pública e privada, intensificando a consolidação de parcerias no desenvolvimento de ações de capacitação profissional;
- Democratizar, irrestritamente, a Educação Profissional e Tecnológica para todos os segmentos, sem que raça, cor, gênero, idade, deficiência, condição de presidiário ou egresso do sistema penal, entre outros grupos em vulnerabilidade social lhes constituam impedimentos;

- Realizar encontros em nível regional e estadual e participar de encontros nacionais para intercâmbio e elaboração de propostas que viabilizem a implementação e a ampliação do PROEJA;
- Fortalecer as relações com os vários segmentos da sociedade, com a promoção de fóruns estaduais em defesa da Escola Pública e de seminários nacionais de Educação Profissional e Tecnológica, objetivando ouvir trabalhadores e representantes de instituições públicas e empresas privadas, bem como de organizações sindicais e não-governamentais;
- Implementar o Observatório de Educação Profissional e Tecnológica em Rondônia que possibilite a participação ampla dos atores sociais envolvidos no processo.